



Relatório de Pilar 3

Circular 3.930

Junho de 2020

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Gestão de Negócios.....	2
Cessão de Crédito	3
Securitização de ativos	3
Estratégias de Negócio e Hedge.....	4
Participações Societárias	4
3. Gerenciamento de Riscos.....	6
4. Risco de Crédito	7
Exposição ao Risco de Crédito	7
Risco de Crédito Potencial.....	10
Monitoramento das exposições ao risco de crédito.....	10
Garantias	11
Atraso, Provisionamento e Perdas de Crédito	12
Recuperação e Cobrança	13
5. Risco de Mercado.....	14
Políticas e Governança.....	14
Mapeamento do Risco de Mercado.....	14
Marcação a Mercado	14
Classificação das Operações	15
Risco de Mercado da carteira <i>Trading</i>	15
Risco de Mercado da Carteira <i>Banking</i>	16
Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado	17
Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos.....	17
Exposições ao Risco de Mercado da carteira <i>Trading</i>	17
Exposições ao Risco de Mercado de Derivativos	18
6. Risco de Liquidez	20
Fluxo de Caixa.....	20
Teste de Estresse	20
Caixa Mínimo	21
Plano de Contingência de Liquidez.....	21
7. Risco Operacional e Outros Riscos	22
Conselho de Administração	23
Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos.....	23
Comitê de Risco Operacional e Controles Internos	23
Comitê de Auditoria.....	23
Área de Risco Operacional	23
Área de Auditoria Interna.....	24
Área de Compliance	24
Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.....	24

Todos os Integrantes da Instituição.....	24
Risco Socioambiental	24
8. Gerenciamento de Capital.....	26
Análise Quantitativa.....	27
ANEXO I.....	29
ANEXO II.....	32
ANEXO III.....	34

1. Introdução

O Conglomerado Financeiro Original (“Original”, “Conglomerado” ou “Instituição”), composto pelo Banco Original S.A. (antigo Banco Matone S.A.) e o Banco Original do Agronegócio S.A. (antigo Banco JBS S.A.), é consequência da aquisição do antigo Banco Matone S.A., conforme aprovado pelo Banco Central do Brasil no dia 31 de agosto de 2011.

Desde então o Original tem diversificado sua estratégia de atuação como banco múltiplo, direcionando esforços no financiamento de empresas do segmento corporate, de integrantes da cadeia produtiva do agronegócio e, posteriormente, no atendimento às pessoas físicas (Banco de Varejo), através do lançamento do primeiro banco 100% digital do país. Compondo sua estratégia, em 2016 demos início as atividades do Banco Original S.A. *Grand Cayman Islands Branch*, cuja licença permite operações ativas de comércio exterior e outros empréstimos em moeda estrangeira, além de captações. No primeiro semestre de 2019, dentro de sua estratégia de crescimento, o Original lançou um novo segmento para pequenos empreendedores, mas especificamente o microempresário individual (MEI).

Objetivando tornar pública as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Original, em linha com as recomendações do Pilar III do Comitê de Basileia e da Circular 3.678/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN), este relatório apresenta os aspectos qualitativos e quantitativos utilizados no gerenciamento de riscos e de capital praticados, bem como a estrutura de governança e os processos de monitoramento, sempre de forma consolidada.

Este documento e as demonstrações financeiras da Instituição estão publicadas no endereço eletrônico <https://www.original.com.br/>.

2. Gestão de Negócios

O Original oferece a seus clientes um portfólio de produtos e serviços que visam o financiamento à cadeia produtiva do agronegócio, à produção industrial, à aquisição de direitos creditórios, empréstimos para capital de giro e derivativos, voltados à proteção de ativos financeiros para grandes e médias empresas e o atendimento às pessoas físicas e pequenos empreendedores (MEI) em todo o território nacional.

O Conglomerado condiciona a aquisição de ativos financeiros às mesmas políticas, governança e rigor de análise de risco aplicados à originação de sua carteira própria, pautando sua decisão na qualidade creditícia dos devedores e a idoneidade dos cedentes. Estas aquisições têm por objetivo usufruir de boas oportunidades de rentabilização do capital, aumentar a diversificação da carteira de crédito e atender a demanda de clientes. Por sua vez, a venda e transferência de ativos financeiros geralmente têm por objetivo atender a demanda de clientes e/ou gerir o risco do portfólio do conglomerado.

Adicionalmente às equipes comerciais, contamos com profissionais de Tesouraria divididos em uma Mesa de Operações Proprietária e uma Mesa Clientes, esta última para oferecer operações de derivativos e de câmbio de forma competitiva a nossos clientes.

Cessão de Crédito

Os principais objetivos que norteiam a estratégia da direção da Instituição de realizar cessões de crédito são:

- (1) Redução da exposição em determinado cliente ou ramo de atividade, visando à desconcentração e/ou abertura de margem para realização de novas operações de crédito;
- (2) Venda de carteira de crédito vencida (carteira *distressed*);
- (3) Venda das operações pertinentes a um determinado mercado que deixem de fazer parte do direcionamento estratégico da Instituição;
- (4) Sindicalização de operações de crédito ou aquisição de carteiras feitas em conjunto com outras instituições financeiras, e
- (5) Gestão da liquidez.

No primeiro trimestre deste ano não ocorreram cessões com transferência de riscos e benefícios, conforme demonstram o quadro abaixo:

Fluxo cessões com transferência dos riscos e benefícios					
R\$ (mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Fluxo Cessão s/ coobrigação	0	0	0	0	0
Holding Grupo Controlador	0	0	0	0	0
Holding Não Financeira	0	0	0	0	0
Tipo C	0	0	0	0	0

O volume da carteira de direitos creditórios varia de acordo com as condições de prazo e rentabilidade das operações, nível de liquidez do banco e política de crédito. Seguem abaixo os volumes de direitos creditórios, com coobrigação e sem coobrigação, adquiridos pelo conglomerado:

Saldo exposições adquiridas					
R\$ (mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Exposições sem coobrigação	1.654.693	1.914.519	2.149.128	2.027.017	2.068.735
Entidades não financeiras	1.654.693	1.914.519	2.149.128	2.027.017	2.068.735
Exposições com coobrigação	902.096	788.149	583.877	425.299	235.584
Entidades não financeiras	112.866	128.836	132.091	125.138	120.951
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -FIDC	789.230	659.313	451.786	300.161	114.633

Adicionalmente, o Original não possui exposições cedidas sem transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios, nem tão pouco exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo.

Securitização de ativos

Os principais objetivos da securitização de créditos são similares aos da cessão de crédito. Atualmente, a carteira de ativos provenientes de processo de securitização restringe-se a cotas de classe subordinada de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

No segundo trimestre de 2019, foram adquiridas cotas subordinadas de um FIDC, com os direitos creditórios oriundos do pagamento devido pelo PicPay aos Cedentes decorrentes de transações de pagamento realizadas por clientes do aplicativo. Destaca-se que o banco também detém cotas subordinadas de um CRI, composto por financiamentos imobiliários, estando esta carteira em Runoff. O quadro abaixo demonstra os saldos referentes à securitização:

Valor total das exposições securitizadas					
R\$ (mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Certificado Recebíveis Imobiliários - CRI Classe: Cota Subordinada	2.540	2.199	2.799	2.773	2.697
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios -FIDC Classe: Cota Subordinada	789.230	659.313	451.786	300.161	114.633

Estratégias de Negócio e Hedge

As operações intrínsecas às atividades operacionais podem gerar exposições a riscos de mercado em áreas que não tem mandato para correr estes riscos. Estes riscos são transferidos para a Tesouraria, que detém o mandato de gestão de risco de mercado, dentro de limites operacionais. A Tesouraria também realiza a gestão das posições da carteira *trading* (intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado), utilizando-se de instrumentos derivativos no mercado.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são os Futuros, Termos, Swaps e Opções, e que podem ser negociados em bolsa ou no mercado de balcão. Os indexadores mais relevantes são: taxas de juros prefixadas, moedas, índices de inflação, índice de bolsa e preço de *commodities*. O Conglomerado não possui em seu portfólio produtos de derivativos de crédito (Resolução 2.933/02 do CMN).

A Diretoria de Riscos auxilia na gestão do *hedge* no sentido de fornecer as informações relevantes às decisões da Tesouraria, bem como atuar de forma independente no monitoramento e controles dos limites de risco de mercado do Conglomerado.

Participações Societárias

As participações permanentes em outras empresas são contabilizadas pelo valor patrimonial (método de equivalência patrimonial – MEP). Os resultados são registrados em contas de receita/despesa de participações em coligadas e controladas. A contabilidade das participações é elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.

Atualmente, todas as participações societárias do Conglomerado são detidas por razões estratégicas, visando ganhos de sinergia e de complementaridade aos negócios do Conglomerado. Segue abaixo a composição destas participações em 29 de março de 2019:

Participações Societárias			
Empresa Participante	Empresa Participada	Ramo / Atividade	Tipo Capital
Banco Original Agronegócio	Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimentos	Capital fechado
Banco Original	Original App Ltda.	Aplicativos/Teleatendimento/Prestação serviços	Capital fechado
Banco Original	Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira / Fundos	Capital fechado
Banco Original	Picpay Serviços S.A.	Intermediação de Pagamentos	Capital fechado
Banco Original	Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	Corretora de Seguros	Capital fechado
Banco Original	Agência Cayman	Agência no exterior	Capital fechado

Seguem abaixo os valores contábeis e o requerimento de capital (RWACPAD) das participações societárias.

Valor contábil e requerimento de capital das Participações Societárias					
R\$ (mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	0	100	100	100	100
Original App Ltda.	3.073	3.019	3.009	2.331	2.260
Original Asset Management Ltda.	3.345	3.333	3.323	3.200	3.164
Picpay Serviços S.A	112.745	88.297	70.834	0	0
Original Corporate Corretora Seguros Ltda	-13.861	-7.468	495	0	-3.101
Agência Cayman	70.510	66.134	50.570	51.330	44.160
Requerimento Capital das Part. Societárias	11.057	9.165	8.165	591	254

Por fim, abaixo demonstramos os ganhos e perdas referentes a participações societárias:

Ganhos / Perdas das Participações Societárias					
R\$ (mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Decorente de venda ou liquidação da participação	0	0	0	0	0
Não realizados, mas reconhecidos	(42.025)	(18.145)	(14.088)	(1.852)	(2.725)
Não realizados e não reconhecidos	0	0	0	0	0

Em Dezembro de 2018, o Banco Original vendeu o controle da Original Corporate Corretora Seguros Ltda para o seu acionista minoritário, a holding J&F Investimentos S.A..

3. Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Em fevereiro de 2019 foi constituído o Conselho de Administração do Banco Original que, conforme regulação vigente, é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a alocação de capital do Conglomerado. Por sua vez, o Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável por assessorar o CA nas discussões de gestão de capital, principalmente quando relacionado ao Apetite a Risco da instituição. As revisões das diretrizes de gerenciamento de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo da Instituição.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gerenciamento de riscos são devidamente divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para posterior consulta.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados, durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gerenciamento de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

4. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças não previstas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular, inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

Exposição ao Risco de Crédito

A tabela abaixo, demonstra a exposição ao risco de crédito segmentado por tipo de carteira, apresentando totais e médias para o 2º trimestre de 2020.

Exposições no trimestre										
R\$ mil	2ºT /2020	1ºT /2020	4ºT /2019	3ºT /2019	2ºT /2019	2T Média	1T/2020 Média	4T/2019 Média	3T/2019 Média	2T/2019 Média
Pessoa Física	4.929.608	4.745.401	4.122.262	3.693.839	3.088.067	4.455.355	4.074.783	3.936.792	3.491.676	2.983.016
Avais e Fianças	25	71	67.390	71	69	56	71	22.503	64	69
Cartão de crédito	316.348	331.089	343.532	301.890	259.184	304.593	342.385	323.385	290.158	248.588
Consignado	0	0	1	5	12	0	0	4	8	29
Crédito Rural	0	0	0	272.919	262.769	0	0	0	267.177	210.176
Imobiliário	930	1.034	1.076	1.459	1.654	975	1.050	1.219	1.526	1.797
Importação e Exportação	2.084.044	2.141.553	1.641.058	1.531.418	1.238.896	2.151.855	1.921.688	1.577.333	1.439.418	1.262.264
Limites não utilizados	1.511.428	1.367.890	1.260.082	1.146.027	988.103	1.474.960	1.328.763	1.230.573	1.094.521	944.306
Recebíveis	77.087	85.131	76.601	72.828	70.652	74.324	89.505	76.718	79.328	74.625
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	939.745	818.633	732.521	367.222	266.726	448.592	391.320	705.057	319.476	241.162
Pessoa Jurídica	3.669.199	4.146.321	4.412.840	4.973.687	4.751.557	3.737.958	4.261.288	4.285.352	4.318.061	4.262.430
Avais e Fianças	388.803	389.694	282.309	464.831	453.301	386.946	409.129	395.654	462.775	467.582
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	976.278	1.036.693	1.011.372	1.032.645	1.051.786	973.442	1.031.507	1.051.242	1.047.454	1.055.724
Crédito Rural	47.464	58.052	67.337	71.086	76.562	51.457	55.175	71.687	79.862	70.664
Importação e Exportação	360.825	501.120	504.988	483.877	492.203	437.194	520.431	503.449	507.544	474.192
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	71.520	35.953	64.503	65.935	54.899	55.707	60.788	70.565	59.099	51.171
Recebíveis	1.660.048	1.929.000	2.272.626	2.668.704	2.474.364	1.654.440	1.979.351	1.992.422	1.999.729	1.981.612
Demais Produtos	164.262	195.809	209.705	186.610	148.442	178.772	204.907	200.332	161.598	161.486
TOTAL	8.598.807	8.891.722	8.535.102	8.667.526	7.839.624	8.193.312	8.336.071	8.222.144	7.809.737	7.245.446

Os valores incluem avais, fianças, e limites não utilizados, e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos valores da parcela de risco de crédito da alocação de capital (RWACPAD), segmentados pelos fatores de ponderação de risco (FPR), conforme definido na Circular 3.644/13.

Valor parcela RWA _{CPAD} por fator (R\$ mil)					
Fator EPR	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
2%	486	860	1.086	1.224	951
20%	6.897	3.075	3.585	2.370	2.030
35%	34	38	40	39	46
50%	22.365	21.776	19.045	18.965	10.084
75%	179.565	170.735	127.253	103.319	85.007
85%	0	0	0	0	0
100%	638.050	774.854	741.234	768.515	672.176
125%	0	0	0	0	0
150%	0	0	0	0	0
250%	23.183	32.743	5.957	0	0
300%	0	0	0	0	0
-35%	0	0	0	0	0
-50%	0	0	0	0	0
-100%	0	0	0	0	0
-300%	0	0	0	0	0
CVA	2.054	2.577	668	614	338
RWACPAD	872.634	1.006.656	898.868	895.046	770.630

O quadro abaixo demonstra o percentual de participação, em relação a carteira de crédito, da exposição às maiores contrapartes do Conglomerado:

% Maiores exposições das operações de crédito					
R\$ (mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
10 maiores clientes	14%	14%	14%	15%	17%
50 maiores clientes	39%	39%	39%	40%	41%
100 maiores clientes	53%	54%	54%	53%	55%

Segue abaixo a concentração da carteira de crédito por distribuição geográfica. Observa-se que as operações estão concentradas na região Sudeste:

(R\$ mil)	Exposições por regiões geográficas											
	Brasil									no Exterior		
	Sudeste		Centro-Oeste		Sul		Nordeste		Norte		Exterior	
	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020
Pessoa Física	3.214.400	2.987.357	1.076.212	1.128.072	95.180	88.056	399.675	400.130	144.141	141.786	0	0
Avais e Fianças	25	71	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cartão de crédito	282.325	293.430	8.544	9.407	10.834	11.868	12.199	13.771	2.446	2.614	-	-
Consignado	-	0	-	-	0	0	-	-	-	-	-	-
Crédito Rural	0	-	0	-	0	-	-	-	0	-	-	-
Imobiliário	930	1.034	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Importação e Exportação	767.806	793.119	859.543	888.709	20.764	20.149	309.986	313.225	125.945	126.351	-	-
Limites não utilizados	1.382.416	1.236.985	41.921	48.919	40.965	37.478	39.367	38.310	6.759	6.199	-	-
Recebíveis	48.356	62.207	22.482	17.664	357	1.140	1.045	385	4.846	3.735	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	732.541	600.511	143.722	163.374	22.260	17.422	37.077	34.439	4.145	2.887	-	-
Pessoa Jurídica	3.321.789	3.719.108	213.381	229.834	129.921	183.688	728	7.348	3.380	6.343	0	0
Avais e Fianças	379.353	380.358	-	-	9.450	9.336	-	-	-	-	-	-
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	797.379	880.602	151.843	119.010	23.813	32.797	-	-	3.244	4.284	-	-
Crédito Rural	45.601	45.801	1.863	12.251	-	-	-	-	-	-	-	-
Importação e Exportação	221.977	290.818	47.812	77.212	91.036	133.090	-	-	-	-	-	-
Investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-
Limites não utilizados	67.020	30.452	4.500	4.500	0	1.001	-	7.348	-	-	-	-
Recebíveis	1.646.201	1.895.269	7.363	16.861	5.619	7.464	728	-	137	2.059	0	0
Demais Produtos	164.258	195.809	-	0	4	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.536.189	6.706.466	1.289.594	1.357.906	225.101	271.744	400.402	407.478	147.522	148.129	0	0

Os valores incluem avais, fianças, e limites não utilizados, e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Abaixo a concentração da carteira de crédito por setor econômico. Observa-se que o maior volume de operações encontra-se em Outros:

(R\$ mil)	Exposições por setores econômicos									
	Agronegócio		Financeiro		Indústria		Serviços		Outros	
	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020
Pessoa Física	32.330	23.997	-	-	149.141	184.528	159.566	106.418	4.588.570	3.807.320
Avais e Fianças	-	-	-	-	-	-	-	-	25	71
Cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	316.348	331.089
Consignado	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	930	1.034
Importação e Exportação	31.739	31.555	-	-	146.192	149.570	144.604	109.311	1.761.509	1.851.117
Limites não utilizados	591	502	-	-	2.895	2.144	2.061	1.063	1.505.880	1.364.180
Recebíveis	-	-	-	-	-	-	9.653	7.805	67.433	77.326
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	-	-	-	-	53	48	3.248	3.311	936.444	815.274
Pessoa Jurídica	109.637	157.452	28.467	-	907.762	1.086.133	2.249.281	2.459.203	374.051	443.533
Avais e Fianças	-	-	-	-	342.845	341.390	45.958	41.971	-	6.333
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	7.893	8.708	-	-	251.326	329.404	551.575	555.879	165.483	142.703
Crédito Rural	4.997	4.914	-	-	-	-	120	380	42.347	52.759
Importação e Exportação	81.460	125.832	-	-	103.283	85.624	56.203	100.430	119.878	189.234
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	0	0	28.467	-	7.053	9.350	12.153	6.842	23.847	19.762
Recebíveis	15.286	17.998	-	-	48.485	132.795	1.581.411	1.751.468	14.866	26.739
Demais Produtos	-	-	-	-	154.769	187.572	1.861	2.233	7.631	6.004
TOTAL	141.968	189.509	28.467	-	1.056.903	1.237.896	2.408.848	2.580.693	4.962.622	4.883.625

Os valores incluem avais, fianças, e limites não utilizados, e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A tabela a seguir demonstra a exposição do crédito por prazos, segmentado por tipo de exposição ao risco de crédito.

(RS mil)	Exposições por Prazos							
	até 6 meses		acima de 6 meses até 1 ano		acima de 1 ano até 5 anos		acima de 5 anos	
	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020
Pessoa Física	1.967.043	1.819.634	140.261	190.952	2.729.423	2.717.809	92.881	17.007
Avais e Fianças	-	35	-	-	25	36	-	-
Cartão de crédito	250.886	268.427	62.416	61.285	3.046	1.377	-	-
Consignado	-	0	-	-	0	0	-	-
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	321	350	609	685
Importação e Exportação	46.801	17.966	27.724	54.621	1.970.082	2.068.966	39.437	-
Limites não utilizados	1.511.328	1.367.790	-	-	100	100	-	-
Recebíveis	77.087	85.131	-	-	-	-	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	80.941	80.284	50.120	75.046	755.849	646.981	52.835	16.322
Pessoa Jurídica	2.180.582	2.497.515	400.253	371.384	1.030.689	1.233.593	57.676	43.829
Avais e Fianças	240.817	240.874	137.703	132.761	10.282	16.059	-	-
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	142.181	128.140	182.461	97.507	626.726	794.643	24.909	16.403
Crédito Rural	1.618	690	12.118	27.467	7.026	3.580	26.702	26.315
Importação e Exportação	92.130	197.814	19.818	38.002	242.812	264.192	6.064	1.112
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	71.520	35.953	-	-	-	-	-	-
Recebíveis	1.620.567	1.877.407	39.481	51.593	-	-	-	-
Demais Produtos	11.748	16.637	8.672	24.053	143.842	155.119	-	-
TOTAL	4.147.625	4.317.149	540.514	562.336	3.760.111	3.951.402	150.557	60.836

Os valores incluem avais, fianças, e limites não utilizados, e são líquidos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de Crédito Potencial

O Risco de Crédito Potencial (RCP) trata dos casos onde o cliente é a contraparte do banco em operações cujo potencial de perda de crédito está associado às flutuações dos preços de mercado, a exemplo dos derivativos, dos contratos com exposição cambial e das compromissadas.

O Original utiliza modelos de análise histórica de volatilidades dos retornos dos ativos subjacentes, associando-os a uma expectativa econômica previamente aprovada em comitê. Assim, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança aprovados pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado, Liquidez e Capital (CGRC), estima-se o risco de crédito potencial de cada contrato. Para fins de apuração do risco total de crédito de uma determinada contraparte, soma-se ao seu Risco de Crédito Potencial (RCP) à respectiva posição de seus demais contratos de crédito.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nocional dos contratos sujeitos ao RCP, segregando os tipos de ativos e a existência de garantias.

Valor Nocional - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte					
R\$ (mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Contratos com câmara central atuando como contraparte	6.096.352	7.803.617	5.890.700	6.795.084	4.518.770
<i>Derivativos</i>	6.096.352	7.803.617	5.890.700	6.795.084	4.518.770
Contratos sem câmara atuando como contraparte central	1.767.548	2.775.813	2.576.739	2.612.850	2.029.646
<i>Com Garantia - Derivativos</i>	0	0	0	0	0
<i>Sem garantia - Derivativos</i>	1.577.549	1.857.119	2.022.660	2.342.664	1.312.400
<i>Com Garantia - Compromissadas</i>	189.999	918.694	554.079	270.186	717.247
Total	7.863.900	10.579.430	8.467.439	9.407.933	6.548.417

O quadro abaixo traz informações sobre os valores a receber das operações sujeitas ao Risco de Crédito da Contraparte:

Risco de Crédito da Contraparte					
R\$ (mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Valores a Receber	325.629	953.855	588.125	322.612	738.567
<i>Derivativos</i>	135.424	34.882	30.615	49.733	20.768
<i>Compromissadas</i>	190.205	918.973	557.510	272.878	717.799
(-) Acordo de compensação	0	0	0	0	0
(-) Colaterais recebidos	189.999	918.694	554.079	270.186	717.247
<i>Compromissadas</i>	189.999	918.694	554.079	270.186	717.247
Exposição Global Líquida	135.630	35.161	34.046	52.426	21.320

Monitoramento das exposições ao risco de crédito

O Original controla a exposição ao risco de crédito, não só no âmbito global de sua carteira, na forma de concentrações, mas também individualmente, avaliando as contrapartes e suas operações de crédito. A atuação nestas duas frentes de forma coordenada, garante a adequação do risco de crédito ao apetite definido pelo Conselho de Administração (CA).

É responsabilidade da Diretoria de Riscos o monitoramento mensal da evolução dos índices de concentração do portfólio pelos maiores devedores, por classificação de crédito das contrapartes, por quantidade de dias de atraso e por maturidade das operações. Além disso, é avaliada

mensalmente a adequação das provisões frente a exposição de risco. As áreas e os Comitês envolvidos recebem estes relatórios mensais para o devido acompanhamento.

Garantias

O Original utiliza garantias reais e pessoais como mitigadores de risco de crédito em suas operações, derivativos e operações compromissadas, sendo as garantias solicitadas de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido.

O processo de análise de crédito verifica quantitativamente e qualitativamente a necessidade e as garantias propostas, deliberando sobre sua aprovação ou não.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Conglomerado Financeiro Original:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito;
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos;
- Caução de Recebíveis

Como política do Conglomerado, normalmente são solicitadas garantias superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização e custos processuais. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando um cenário de venda forçada.

Realizam-se periodicamente visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem. O valor das garantias é reestimado periodicamente em função dos fatores acima observados e das variações do mercado.

A tabela abaixo traz o valor das garantias recebidas que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a) sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;
- b) tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- c) estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária; e
- d) estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

Valor das Garantias Recebidas - R\$ (mil)					
Garantia	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Títulos públicos federais	169.196	898.881	262.230	5.188	667.403
Recursos financeiros (Reais)	23.000	30.074	303.834	264.998	50.007

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito (Circular 3.644/13), a Instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco.

Segue abaixo, a tabela com as exposições mitigadas para fins de alocação de capital na parcela de risco de crédito (RWA_{CPAD}) segundo a Circular 3.644/13.

Valor mitigado por instrumento - R\$ (mil)							
Operação	FPR	Mitigador	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Compra com revenda	20%	Títulos públicos federais	166.999	888.621	250.246	5.188	667.239
Venda com recompra	20%	Recursos financeiros (Reais)	23.000	30.074	303.834	264.998	50.007

Ademais da apuração do capital regulatório, o Original utiliza as garantias recebidas como um mitigador de risco na estimação da provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD). Caso o valor apurado e sua liquidez sejam representativos frente à exposição de risco da contraparte, o Original tem a prerrogativa, dentro da sua governança, de revisar a classificação de risco das operações de crédito, desde que as mesmas estejam em dia, sempre em linha com a Resolução 2.682/99 e demais normas aplicáveis.

Atraso, Provisionamento e Perdas de Crédito

As tabelas abaixo trazem o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregadas em faixas de vencimento, por regiões geográficas do Brasil e também por setor econômico.

Montante das operações em atraso por Região e Setor										
(R\$ mil)	atraso entre 15 e 60 dias		atraso entre 61 e 90 dias		atraso entre 91 e 180 dias		atraso entre 181 e 360 dias		atraso acima de 360 dias	
Região	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020
Centro-Oeste	6.839	12.269	206	7.229	1.136	2.101	3.463	4.648	114	42
Nordeste	457	2.885	368	1.691	2.194	4.336	6.952	7.281	113	80
Norte	49	443	95	315	311	621	1.046	1.461	39	-
Sudeste	45.703	58.040	21.204	33.557	40.931	66.656	102.145	98.217	2.327	3.984
Sul	376	2.862	248	17.845	1.480	10.567	7.709	8.782	176	9
Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	53.424	76.499	22.121	60.637	46.051	84.281	121.314	120.389	2.768	4.115
Setor	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020	2ºT /2020	1ºT /2020
Agronegócio	11.504	-	2.578	-	-	-	-	1	-	-
Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	4	49	-	21.150	-	7.011	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	13.047	8.568	6.251	1.613	13.343	6.575	17.858	9.030	-	2.531
Pessoa Física	28.869	67.881	13.292	37.874	32.707	70.695	103.455	111.358	2.768	1.584
Total	53.424	76.499	22.121	60.637	46.051	84.281	121.314	120.389	2.768	4.115

O quadro abaixo demonstra o montante de provisões para perdas relativas às exposições de crédito, segmentado por setor econômico, discriminando os valores adicionados e os subtraídos neste trimestre.

(R\$ mil)	Montante provisões para perdas relativas às exposições					
	2º T / 2020			1º T / 2020		
Setor	Entrada Provisão	Saída Provisão	Saldo Provisão	Entrada Provisão	Saída Provisão	Saldo Provisão
Agronegócio	394	1.531	2.498	1.495	798	3.635
Financeiro	-	-	-	-	0	-
Indústria	8.798	23.859	27.378	24.761	17.597	42.439
Serviços	22.626	17.734	43.651	14.756	16.824	38.759
Pessoa Física	104.527	108.415	241.313	118.407	45.415	245.201
Outros	1.788	2.324	22.009	1.775	4.708	22.545
Total	138.133	153.863	336.849	161.194	85.342	352.579

A tabela seguinte demonstra o fluxo de operações baixadas para prejuízo por trimestre, segmentado por setor econômico.

Operações baixadas para prejuízo (R\$ mil)					
Setor	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Agronegócio	1	376	21.659	-	-
Financeiro	-	-	262	-	-
Indústria	7.387	953	-	24.079	2.717
Outros	1	743	2.658	51	127
Serviços	3.591	2.599	2.290	4.968	2.267
Pessoa Física	43.720	31.274	-	21.902	22.986
Total	54.700	35.945	26.869	51.001	28.097

Recuperação e Cobrança

O processo de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas à inadimplência, parcial ou total, dos contratos de empréstimos inadimplentes. As ações da recuperação de crédito seguem regras formalizadas em normativos internos para cada tipo de modalidade de crédito e garantia associada.

As ações de cobrança compreendem: o contato com o cliente visando uma negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), reestruturação dos contratos, chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida ou tomada das garantias.

5. Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata dos resultados potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. O gerenciamento de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atende ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional.

A seguir serão abordadas as estruturas, políticas e metodologias utilizadas pelo Conglomerado no controle do risco de mercado, bem como informações da carteira ao longo dos últimos trimestres.

Políticas e Governança

A Política de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração (CA), consolida as definições, diretrizes e responsabilidades de fóruns e áreas envolvidas para que sejam estabelecidas as práticas de gerenciamento do risco de mercado. A análise de exposição das carteiras da Instituição (*Trading e Banking*) é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas na Política de Risco de Mercado.

O detalhamento das principais atribuições e processos relacionados ao monitoramento e controle do risco de mercado são descritas a seguir.

Mapeamento do Risco de Mercado

O processo de mapeamento de risco de mercado consiste na:

- (1) Identificação dos fatores de risco de mercado para cada produto e seus mitigantes;
- (2) Definição da metodologia de alocação de valores nos fatores de risco; e
- (3) Tratamento específico destinado às opções.

Marcação a Mercado

O processo de marcação a mercado consiste em precificar os instrumentos financeiros pelo seu valor justo, isto é, pelo valor que hipoteticamente seria transacionado no mercado em determinado momento. Este processo é função das taxas e preços observados nos mercados, dos cálculos segundo composição de insumos coletados no mercado ou modelos de aproximação.

Para os instrumentos pertinentes ao processo, existem duas situações possíveis:

- **Marcação a Mercado:** Quando há informação do preço observado e disponível no mercado;
- **Marcação a Modelo:** Não é possível a utilização do seu preço de maneira direta, sendo assumido modelos e/ou aproximações dos seus fatores de risco e respectivo cálculo.

A Diretoria de Riscos é responsável pela proposta e revisão dos modelos de marcação a mercado da Instituição. A área de Finanças, por sua vez, garante a aderência dos modelos às regras do IFRS. O modelo de marcação a mercado inclui dois aspectos:

- Definição da coleção de insumos (preços, curvas e superfícies de volatilidade) necessários;
- Metodologia de cálculo a ser aplicada.

A aprovação dos modelos de marcação a mercado é de alçada do Comitê de Gestão de Risco de Mercado, Liquidez e Capital (CGRC).

Classificação das Operações

Em linha com a Circular 3.354/2007 e a Resolução 4.557/17, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*). As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da Instituição.

Risco de Mercado da carteira *Trading*

Gerencia-se o risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) através de procedimentos de identificação e mensuração do risco de mercado, monitoramento permanente do risco, reporte dos resultados, testes de estresse e controle de limites.

Seguindo a estrutura de governança do processo de monitoramento e controle do risco de mercado, o apetite a risco é definido pelo Conselho de Administração (CA). Sendo que, o CEGIR e o CGRC tem alçadas para a criação de sublimites. A Diretoria de Riscos tem o mandato de controlar os limites e, em caso de um evento de desenquadramento deve comunicar tempestivamente, a Tesouraria e o comitê responsável pela supervisão do limite.

Ainda, para os ativos da carteira de negociação apura-se a alocação de capital, segundo os modelos padronizados regulamentados pelo Banco Central do Brasil, referente aos riscos de mercado de juros, cupom de moedas, cupom de índices de preços, cupom de outras taxas, *commodities*, câmbio e de ações.

a) Valor em Risco (VaR)

O monitoramento do risco de mercado da Tesouraria é realizado, entre outros, através do *VaR*, conforme aprovado. Utiliza-se como metodologia o modelo de *VaR* paramétrico, com 99,9% de intervalo de confiança, volatilidade EWMA com 126 amostras e *lambda* de 0,94. O *holding period (hp)* é função dos dias necessários para liquidação da posição, levando-se em conta o tamanho da posição detida pelo banco e a liquidez de mercado do fator de risco.

A manutenção e proposta de novas metodologias de controle desta métrica é responsabilidade da Diretoria de Riscos. As alterações devem ser aprovadas pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado, Liquidez e Capital.

Respeitando a estrutura de negócios definida na política interna de risco de mercado, as mesas pertencentes à carteira *trading* estão sujeitas aos limites de exposição de *VaR*. Estes limites são definidos de acordo com o apetite a risco da Instituição, sendo o fórum de deliberação o Conselho de Administração (CA).

A Diretoria de Risco monitora e controla, para cada estrutura, o consumo de *VaR* vis a vis seu limite. Diariamente, reporta os resultados e controle através de relatórios enviados para a área de Tesouraria. Se extrapolado um limite, o fato é reportado tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

b) Teste de Estresse

Os cenários de estresse são representações de condições atípicas de mercado que podem eventualmente resultar em perdas econômicas não contempladas pelo *VaR*.

Para a gestão de risco de mercado da Tesouraria são utilizados os cenários de estresses dos fatores de risco de mercado divulgados pela Bolsa B3, sendo que o Comitê de Gestão de Riscos e de Capital acompanha tais cenários bem como o seu impacto financeiro no portfólio da Tesouraria.

Uma vez que o teste de estresse atingir o limite máximo estabelecido, a área de risco de mercado informa o fato tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

c) Stop Loss

A medida de *Stop Loss* consiste na máxima perda financeira aceitável de uma determinada carteira em uma janela de tempo.

A Mesa de Tesouraria Proprietária tem definido um limite para perdas em uma janela determinada de tempo. Diariamente a área de risco de mercado afere o resultado acumulado de cada portfólio dentro desta janela de tempo. O P&L acumulado, se negativo, é comparado com o limite de *Stop Loss*. Se constatado que o resultado negativo atingiu o limite, o fato será informado tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

Risco de Mercado da Carteira Banking

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira bancária (*banking*) é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. O Conglomerado utiliza para a apuração da sensibilidade do portfólio às mudanças na estrutura a termo de taxa de juros uma metodologia pautada nas recomendações de Basileia.

O risco da taxa de juros é a exposição de uma instituição financeira a movimentos adversos na estrutura a termo das taxas de juros. Mudanças na estrutura a termo de taxa de juros afetam a receita da instituição, e modifica o valor dos ativos, passivos e instrumentos *off-balance* (*hedge* com derivativos) devido à mudança de seu valor de mercado. Desta forma, um processo efetivo de gerenciamento de risco de taxas de juros que o mantenha em níveis prudentes e dentro do apetite do Conglomerado em incorrer nesses riscos é essencial para sua segurança e solidez.

As etapas para esta quantificação são:

- Apuração da exposição por prazo e fator de risco do portfólio;
- Cálculo das curvas associadas aos fatores de risco com choques paralelos e rotacionais de alta e baixa seguindo diretrizes do *BIS*¹;
- Cálculo da variação das posições usando as curvas nos cenários descritos acima;
- Somatória das perdas entre os cenários obtidos por fator de risco.

A área de risco de mercado realiza o cálculo do risco de taxa de juros (RBAN) reportando o resultado através de relatórios para a Tesouraria. Havendo extrapolação dos limites estabelecidos, o fato é, tempestivamente, reportado ao CEGIR.

Abaixo são demonstrados os impactos de choques nas taxas de juros nas operações da carteira bancária. Primeiramente a estimativa de variação do valor de mercado, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas curvas de juros.

¹ <http://www.bis.org/bcbs/publ/d368.pdf>

Ganhos /Perdas - Percentil Histórico					
R\$ (mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Taxa de Juros Prefixadas					
1º Percentil	(8.414)	(10.317)	(2.701)	(7.155)	(11.371)
99º Percentil	6.184	15.044	4.035	6.089	5.435
Cupom de Dólar					
1º Percentil	(10.064)	(5.034)	(2.009)	(9.102)	(4.099)
99º Percentil	10.855	6.282	1.784	8.121	3.901

Deslocamento em pontos percentuais da Curva Juros para perdas em % do PR					
Pontos-base	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Taxa de Juros Prefixadas					
5% do PR	21	30	-	17	-
10% do PR	42	60	-	34	-
20% do PR	84	-	-	68	-
Cupom de Dólar					
5% do PR	14	84	70	14	30
10% do PR	27	-	-	29	60
20% do PR	54	-	-	58	-

Os campos não preenchidos correspondem a períodos em que o perfil da carteira, casada em prazo e volume, torna a análise do efeito de choques paralelos na estrutura a termo de taxa de juros frente à base de capital da Instituição pouco relevante.

Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado

A aferição dos modelos de risco de mercado é aplicada nos processos de mensuração, monitoramento e controles, visando identificar e sanar possíveis problemas e desvios destes processos em relação aos seus objetivos. Neste processo, inclui-se o *backtesting*, que tem o objetivo verificar a precisão dos modelos adotados através da comparação das perdas previstas com as observadas.

Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos

A implantação de qualquer novo produto, ou estratégia, pelas áreas de negócio da Instituição passa pela avaliação prévia da Diretoria de Riscos, dentro do processo de avaliação e aprovação de produtos. A análise prévia do produto busca identificar os riscos inerentes do instrumento financeiro, bem como avaliar a adequação dos processos de controle de risco. O resultado dos trabalhos é apresentado ao Comitê de Avaliação de Risco de Produtos (CARP) para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Exposições ao Risco de Mercado da carteira *Trading*

A tabela abaixo demonstra a evolução das exposições da carteira de negociação disposta pelos fatores de riscos: câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações (em R\$ milhões).

Carteira de Negociação - Câmbio					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	1.001	2.443	1.025	1.275	686
Vendido	1.000	2.454	1.023	1.275	738
Líquido	1	(11)	2	1	(52)

Carteira de Negociação - Commodities					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	7	7	26	5	3
Vendido	8	8	26	5	3
Líquido	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)

Carteira de Negociação - Taxas de Juros					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	3.432	2.800	2.695	3.380	1.247
Vendido	3.212	3.067	2.576	1.945	1.813
Líquido	220	(267)	119	1.435	(566)

Carteira de Negociação - Ações					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	13	12	192	690	726
Vendido	0	0	0	210	0
Líquido	13	12	192	480	726

Exposições ao Risco de Mercado de Derivativos

A Instituição utiliza instrumentos derivativos para auxiliar a execução das estratégias. As duas próximas tabelas demonstram as exposições em derivativos no Brasil no final do deste trimestre, segmentadas pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações.

Primeiramente, listam-se as exposições com contraparte central, em valor nocional (em R\$ milhões):

Derivativos com Contraparte Central - Câmbio					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	1.312	1.773	3	263	0
Vendido	2.309	3.243	2.976	3.476	2.621
Líquido	(997)	(1.470)	(2.973)	(3.213)	(2.621)

Derivativos com Contraparte Central - Commodities					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	0	1	19	5	3
Vendido	8	7	5	0	0
Líquido	(8)	(6)	14	4	3

Derivativos com Contraparte Central - Taxas de Juros					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	1.245	1.927	2.248	4.266	2.304
Vendido	4.466	3.568	2.691	1.279	1.270
Líquido	(3.220)	(1.641)	(442)	2.987	1.034

Derivativos com Contraparte Central - Ações					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	0	0	0	0	20
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	0	0	0	0	20

E a seguir, as exposições com derivativos sem contraparte central (em R\$ milhões):

Derivativos sem Contraparte Central - Câmbio					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	586	1.283	1.041	1.012	672
Vendido	652	1.509	434	692	313
Líquido	(65)	(226)	607	319	359

Derivativos sem Contraparte Central - Commodities					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	7	7	7	0	0
Vendido	0	1	21	5	3
Líquido	7	6	(14)	(5)	(3)

Derivativos sem Contraparte Central - Taxas de Juros					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	605	1.407	571	764	228
Vendido	810	1.394	1.398	1.382	949
Líquido	(205)	13	(826)	(618)	(721)

Derivativos sem Contraparte Central - Ações					
	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
Comprado	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	210	0
Líquido	0	0	0	(210)	0

6. Risco de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Conselho de Administração (CA). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são detalhados nos itens a seguir:

Fluxo de Caixa

A apuração do fluxo de caixa é realizada a partir da consolidação de informações recebidas de diversas áreas do Conglomerado. Utiliza-se neste fluxo um horizonte temporal de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

Para os fluxos, são considerados os diferentes tipos de moedas, prazos e valores contratados das operações. Visando uma melhor aderência com o fluxo real, incorpora-se ao fluxo de caixa contratual a ocorrência de eventos que impactem na liquidez da Instituição como: a inadimplência e a renovações de operações.

São identificados possíveis descasamentos ou concentrações no fluxo que possam comprometer a capacidade financeira da Instituição. Estes descasamentos são monitorados pela Diretoria de Riscos, que acionará os responsáveis pela gestão da carteira para a tomada de providências, conforme cada mandato.

Teste de Estresse

A análise do risco de liquidez é complementada com testes de estresse, que estimam os efeitos de eventos severos ou situações extremas das condições econômico-financeiras na liquidez da Instituição.

Os cenários adversos de liquidez consideram, entre outros fatores, a redução de recursos captados, a dificuldade de acesso a novos recursos e a restrição da liquidação financeira dos ativos pelas contrapartes. Por sua vez, os cenários de choques nos fatores de riscos levam em conta: a alteração nos valores das variáveis macroeconômicas, dos preços dos ativos e das taxas de juros, assim como, à desvalorização dos ativos líquidos, segundo a perspectiva do país e de projeções por modelos probabilísticos.

A Diretoria de Riscos realiza o monitoramento da liquidez nestes cenários e reporta seus resultados à Tesouraria e aos membros do CGRC.

Caixa Mínimo

O Caixa Mínimo consiste na manutenção de um colchão de liquidez para o Conglomerado garantir a solvência por determinado período de tempo em um cenário de estresse de liquidez.

São considerados, entre outros, o resgate antecipado de captações, saques nos depósitos à vista, a rolagem dos vencimentos dos empréstimos, aumento na utilização dos limites de crédito rotativo e despesas administrativas.

A manutenção do nível de Caixa, composto exclusivamente por ativos de alta liquidez, superior ao Caixa Mínimo é monitorada, controlada e reportada pela Diretoria de Riscos. Se identificado um nível de Caixa inferior ao Caixa Mínimo, o fato é tempestivamente informado aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez consiste na definição de um processo para fazer frente às insuficiências no fluxo financeiro em situações de crise de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intraday.

7. Risco Operacional e Outros Riscos

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução 4.557/17, inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos.

Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Os principais instrumentos utilizados na Gestão de Risco Operacional são:

- Mapeamento dos processos;
- Matriz de riscos e de controles;
- Testes de controles;
- Sistema de registro de ocorrências de eventos de Risco Operacional; e
- Base de dados de perdas operacionais.

A eficiência do processo de gestão do risco operacional é um fator determinante para um adequado sistema de análise de riscos e definição de controles, uma vez que permite atuação tempestiva da Instituição com decisões equilibradas, evitando desperdícios de recursos ou perdas associadas ao risco operacional.

Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), o Conglomerado Original utiliza a abordagem do Indicador Básico, conforme Circular 3.640/13, publicada pelo Banco Central do Brasil, e atualizações.

As áreas envolvidas na estrutura, assim como suas principais responsabilidades são:

Conselho de Administração

- Aprovar as políticas de Risco Operacional, Socioambiental, Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, incluindo as diretrizes do apetite a risco operacional.
- Aprovar o Plano de Auditoria da Instituição.

Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos

- Propor as diretrizes do apetite a risco operacional.

Comitê de Risco Operacional e Controles Internos

- Acompanhar a suficiência dos controles implantados, frente aos riscos aos quais o Conglomerado está exposto;
- Discutir e decidir questões técnicas, processuais e operacionais; e
- Coordenar a implantação dos procedimentos necessários ao gerenciamento do risco operacional.

Comitê de Auditoria

- Avaliar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado; e
- Recomendar à Diretoria da Instituição, correções ou aprimoramentos de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de suas atribuições.
- Acompanhamento das melhorias recomendadas pela Auditoria Interna.
- Aprovar o Plano de Auditoria da Instituição.

Área de Risco Operacional

- Implantar, disseminar e revisar as políticas, procedimentos, processos e ferramentas relacionados ao controle do Risco Operacional;
- Manter o Conselho de Administração, Diretoria da Instituição e demais responsáveis plenamente atualizados sobre o progresso da gestão de riscos através de relatórios e comitês;
- Convocar os envolvidos para as reuniões do Comitê de Risco Operacional e Controles Internos, e redigir suas atas;
- Identificar, revisar e avaliar os riscos operacionais inerentes ao contexto do ambiente de controle existente e documentar as ações mitigadoras requeridas ou a aceitação do risco observado;
- Gerir o plano de continuidade dos negócios, definindo os procedimentos para assegurar as condições de continuidade das atividades, limitando potenciais graves perdas, decorrentes da inexistência de condições mínimas de manutenção da operação;
- Gerar e armazenar uma base informacional que contenha as perdas associadas ao risco operacional e sua conciliação com os registros contábeis;
- Divulgar na homepage institucional e nas demonstrações contábeis a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional;
- Elaborar e divulgar o relatório de gerenciamento de Risco Operacional; e
- Avaliar e acompanhar as soluções para as falhas operacionais.

Área de Auditoria Interna

- Avaliar periodicamente os testes realizados pela Área de Controles Internos, bem como a correta implementação dos respectivos planos de correção necessários; e
- Emitir relatórios sobre a eficiência dos controles realizados.

Área de Compliance

- Promover a conformidade do Conglomerado com o ambiente legal, regulatório, bem como com seus próprios regulamentos internos;

Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro

- Responsável pelo programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD);
- Elaborar os pareceres do programa “Conheça seu cliente” (KYC), avaliação detalhada dos potenciais relacionamentos e revisão dos clientes da Instituição;
- Realizar o monitoramento das operações financeiras; e
- Comunicar ao COAF as movimentações financeiras atípicas praticadas por clientes.

Todos os Integrantes da Instituição

- Cumprir as normas e as políticas do Conglomerado, resultando na melhoria contínua do sistema de gestão de riscos;
- Gerir e efetuar a avaliação constante de seus processos e dos respectivos controles executados; e
- Envidar esforços concretos no sentido de documentar e sanar as deficiências observadas relativas a riscos operacionais.

Risco Socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Banco Original possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos.

A PRSA do Banco Original é um instrumento de gestão integrada que abrange:

- ❖ Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais;
- ❖ Avaliação e gestão de risco socioambiental;
- ❖ Atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência;
- ❖ Verificação da aderência à PRSA;
- ❖ Divulgação e a revisão da PRSA; e
- ❖ Capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA.

Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Banco possui uma estrutura de Governança Corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui:

- ❖ Conselho de Administração – órgão máximo da governança do banco, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação;
- ❖ Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos – Propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental;
- ❖ Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) – órgão nomeado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA;
- ❖ Comitê de Ética – órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do Código de Ética, Códigos de Conduta Setoriais, Políticas, Circulares Normativas internas, e regulamentação aplicável;
- ❖ A área de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de Gerenciamentos de Riscos.

8. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital pode ser definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, e refletidos em suas metas.

A Diretoria de Riscos identifica, mensura, avalia e monitora a necessidade de capital via a vis aos riscos aos quais a Instituição estará exposta, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas internas responsáveis e aos comitês gestores, conforme alçadas pré-definidas.

Os processos relacionados ao gerenciamento de capital, consistem em:

- a) Evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre;
- b) Projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados;
- c) Levantamento das fontes de capital;
- d) Projeção do capital necessário para fazer frente à exposição ao risco;
- e) Apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas;
- f) Aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados obtidos; e
- g) Controles dos limites estabelecidos.

Com isso, o Conglomerado avalia a relação entre o capital exigido, incluindo aqueles riscos não abrangidos pelo capital regulatório, e o capital disponível, considerando: a carteira atual, o orçamento projetado e os impactos de cenários de estresse.

Os relatórios gerenciais possibilitam à Diretoria o acompanhamento da alocação de capital nas diversas linhas de negócios, gerando informações para a tomada de decisão e insumos para o planejamento estratégico da Instituição.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da Instituição é composto somente pelo Capital Principal, que, por sua vez, é constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

A Organização não possui instrumentos elegíveis para compor o Capital Complementar, nem o Nível II do PR.

Em relação às restrições ou impedimentos relevantes, existentes ou possíveis, à transferência de recursos entre as instituições do Conglomerado, destaca-se a existência de obrigações contratuais do controlador que colocam o capital social do Banco Original S.A como garantia de uma operação financeira, impedindo assim sua transferência para o Banco Original do Agronegócio S.A.

Não obstante, as duas instituições apresentam individualmente um Patrimônio de Referência (PR) acima dos requerimentos mínimos de capital, apurado com base no montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). Ou seja, observa-se uma folga no índice de Basileia do conglomerado, segundo os moldes da regulamentação aplicada à esta Instituição.

Análise Quantitativa

Nas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 foram definidas as principais métricas para alocação de capital da instituição seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional.

O **RWAcpad** (Circular 3.644/13) representa o risco de crédito ponderado pelo fator de risco associado a cada modalidade.

O **RWAopad** (Circular 3.640/13) quantifica a exposição ao Risco Operacional.

As parcelas de risco de mercado das operações registradas na carteira de negociação (*trading*) da instituição são segregadas por grupos de fatores de risco:

RWAjur: Grupo de parcelas que medem a exposição da carteira à taxa de juros pré-fixada em reais, cupom de moeda estrangeira e cupom de inflação. Esta classe de parcelas tem a seguinte segregação:

- **RWAjur1** (Circular 3.634/13): taxa de juros pré-fixadas em reais;
- **RWAjur2** (Circular 3.635/13): cupom de moedas estrangeiras;
- **RWAjur3** (Circular 3.636/13): cupom de inflação; e
- **RWAjur4** (Circular 3.637/13): cupom de juros.

RWAacs (Circular 3.638/13): Parcela que mede a exposição da carteira em ações ou derivativos indexados a índices de bolsas.

Por sua vez, nas parcelas **RWAcom** e **RWacam** são consideradas todas as operações que possuem risco de *commodities* e risco cambial, respectivamente:

- **RWAcom** (Circular 3.639/13): Parcela que mede a exposição da carteira a variação no preço das *commodities*.
- **RWacam** (Circular 3.641/13): Parcela que mede a exposição da carteira em moeda estrangeira.

O quadro a seguir demonstra a evolução da alocação de capital do Conglomerado Prudencial Original².

² O envio de informações sobre a alocação de capital do Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF) foi descontinuado pelo Banco Central, conforme redação dada pela Circular 3.686/13 que altera a Circular 3.398/08.

Alocação de Capital - Basileia					
(R\$ mil)	2º T / 2020	1º T / 2020	4º T / 2019	3º T / 2019	2º T / 2019
A) Patrimônio de Referência (PR)	1.086.109	1.243.435	1.375.393	1.497.005	1.361.778
PR Nível I	1.086.109	1.243.435	1.375.393	1.497.005	1.361.778
Capital Principal (CP)	1.086.109	1.243.435	1.375.393	1.497.005	1.361.778
Capital Social + Resultado + Reservas	2.136.406	2.159.027	2.274.853	2.246.068	2.232.157
Ajuste Venda Marca					(50.689)
Ajustes Prudenciais	(1.050.297)	(915.592)	(899.460)	(749.064)	(819.689)
Capital Complementar (CC)	-	-	-	-	-
Instrumentos Elegíveis ao CC	-	-	-	-	-
PR Nível II	-	-	-	-	-
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	-	-	-	-	-
Deduções Nível II	-	-	-	-	-
B) Ativos Ponderados por Risco (RWA x F)	868.379	892.744	830.097	878.056	793.833
Valor da Parcela RWA _{CAM}	1.446	1.703	1.272	104	3.074
Valor da Parcela RWA _{JUR1}	1.899	3.020	11.247	15.695	3.340
Valor da Parcela RWA _{JUR2}	2.628	3.424	2.663	5.950	5.285
Valor da Parcela RWA _{JUR3}					
Valor da Parcela RWA _{JUR4}					
Valor da Parcela RWA _{COM}	459	912	1.821	306	223
Valor da Parcela RWA _{ACS}	2.018	1.947	30.702	76.893	116.450
Valor da Parcela RWA _{CPAD}	743.804	765.612	685.604	682.318	587.230
Valor da Parcela RWA _{OPAD}	116.125	116.125	96.790	96.790	78.233
Valor da Parcela R _{BAN}	52.800	63.948	29.716	10.325	14.087
C) Margem (PR - (RWA x F) - R_{BAN})	164.930	286.743	515.580	608.623	553.858
Índice de Capital Principal (ICP)	10,01%	11,14%	13,26%	13,64%	13,72%
Índice de Nível I (IN1)	10,01%	11,14%	13,26%	13,64%	13,72%
Índice de Basileia (IB)	10,01%	11,14%	13,26%	13,64%	13,72%

Em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA), a redução do capital alocado na parcela de risco de crédito (RWACPAD) deve-se, principalmente a redução da carteira em dolar. Adicionalmente, pode ser observada uma queda no Patrimônio de Referência (PR) em função do resultado do segundo trimestre e do aumento do ajuste prudencial, composto fundamentalmente pelo Crédito Triutário e pelo Ativo Intangível.

No trimestre atual o Índice da Basileia do Conglomerado Prudencial Original evoluiu de 11,14% para 10,01%

Nas seções de anexos há a visão analítica do Índice de Basileia e da Razão de Alavancagem (RA), dada pela Circular 3.748/15, que mede a relação entre a base de capital e exposição ao risco de crédito. Em relação ao trimestre anterior, a RA evoluiu de 9,3% para 7,4%.

ANEXO I

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR			Junho / 20	
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	2.449.995		
2	Reservas de lucros	(328.254)		
3	Outras receitas e outras reservas	14.665		
4	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>			
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal			
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	2.136.406		
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)	
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros			
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	81.281		
9	Ativos intangíveis	743.151		
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	225.865		
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.			
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB			
13	Ganhos resultantes de operações de securitização			
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo			
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido			
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética			
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal			
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
19	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
20	Mortgage servicing rights			
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas			
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal			
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar			
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca			
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização			
26	Ajustes regulatórios nacionais			
26.a	Ativos permanentes diferidos			
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos			
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado			
26.d	Aumento de capital social não autorizado			
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal			
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital			
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente			
26.i	Destaque do PR			
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios			
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções			
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	1.050.297		
29	Capital Principal	1.086.109		

ANEXO I (Continuação)

Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis		
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis		
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar		
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias		
Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar		
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar		
40	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		
41	Ajustes regulatórios nacionais		
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012		
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar		
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios		
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções		
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar		
44	Capital Complementar		
45	Nível I	1.086.109	
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II		
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II		
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB		
51	Nível II antes das deduções regulatórias		
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Complementar		
55	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		
56	Ajustes regulatórios nacionais		
56.a	Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros emitidos até 31 de dezembro de 2012		
56.b	Participação de não controladores no Nível II		
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios		
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II		
58	Nível II		
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	1.086.109	
60	Total de ativos ponderados pelo risco	10.854.741	

ANEXO I (Continuação)

Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%	
61	Índice de Capital Principal (ICP)	10,01	
62	Índice de Nível I (IN1)	10,01	
63	Índice de Basileia (IB)	10,01	
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,50	
65	do qual: adicional para conservação de capital	-	
66	do qual: adicional contracíclico	-	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	5,51	
Número da linha	Mínimos Nacionais	%	
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5,50	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	10,50	
Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
74	Mortgage servicing rights		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	88.316	
Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)	
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB		
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite		
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite		

ANEXO II

Composição da Razão de Alavancagem de Basileia III

Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem

Em milhares

<i>Item</i>	<i>jun-20</i>	<i>mar-20</i>
1 Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	15.116.375	13.498.185
2 Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil.	-	-
3 Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	-	-
4 Ajuste relativo aos valores de referências ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos.	62.867	82.806
5 Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	206	693
6 Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	576.009	549.339
7 Outros ajustes	(948.718)	(698.862)
8 Exposição Total	14.806.740	13.432.160

ANEXO II (continuação)
Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem
Em milhares

Item	jun-20	mar-20
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1 Itens Patrimoniais	14.696.949	12.314.942
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(1.071.912)	(923.552)
3 Total das exposições contabilizadas no BP	13.625.037	11.391.389
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4 Valor de reposição em operações com derivativos.	269.223	377.957
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	62.867	82.806
6 Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
8 Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual	-	-
9 Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
10 Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	332.089	460.763
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12 Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	203.473	967.556
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	206	693
15 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-
16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	203.679	968.248
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	1.848.693	1.679.611
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-1.272.684	-1.130.273
19 Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	576.009	549.339
Capital e Exposição Total		
20 Nível I	1.086.109	1.243.435
21 Exposição Total	14.736.815	13.369.739
Razão de Alavancagem (RA)		
22 Razão de Alavancagem de Basileia III.	7,4%	9,3%

ANEXO III

Tabela KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

	2T20	1T20	4T19	3T19
CAPITAL REGULAMENTAR				
Capital Principal	1.086.109.386,70	1.243.434.991,31	1.375.393.475,72	1.497.004.541,51
Nível 1	232.769.106,32	101.593.228,96	30.388.636,94	45.151.578,76
Patrimônio de Referência (PR)	1.086.109.386,70	1.243.434.991,31	1.375.393.475,72	1.497.004.541,51
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	0	0	0	0
Destaque do PR	0	0	0	0
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA)				
RWA total	10.854.741.437,00	11.159.295.226,05	10.376.218.076,38	10.975.702.955,68
CAPITAL REGULAMENTAR COMO PROPORÇÃO DO RWA				
Índice de Capital Principal (ICP)	0	0	0	0
Índice de Nível 1 (%)	1.086.109.386,70	1.243.434.991,31	1.375.393.475,72	1.497.004.541,51
Índice de Basileia	10,01%	11,14%	13,26%	13,64%
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP) COMO PROPORÇÃO DO RWA				
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	135.684.267,96	278.982.380,65	259.405.451,91	274.392.573,89
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%)	0	0	0	0
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPsistêmico (%)	0	0	0	0
ACP total (%)	135.684.267,96	278.982.380,65	259.405.451,91	274.392.573,89
Margem excedente de Capital Principal (%)	0	0	0	0
RAZÃO DE ALAVANAGEM (RA)				
Exposição total	14.806.739.721,58	13.432.160.050,10	13.073.789.248,25	12.803.459.705,51
RA (%)	7,34	9,26	10,52	11,69
INDICADOR LIQUIDEZ CURTO PRAZO (LCR)				
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
Total de saídas líquidas de caixa				
LCR (%)				
INDICADOR LIQUIDEZ LONGO PRAZO (NSFR)				
Recursos estáveis disponíveis (ASF)				
Recursos estáveis requeridos (RSF)				
NSFR (%)				

Tabela OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

(a)	<p>O Original oferece a seus clientes um portfólio de produtos e serviços que visam o financiamento à cadeia produtiva do agronegócio, à produção industrial, à aquisição de direitos creditórios, empréstimos para capital de giro e derivativos, voltados à proteção de ativos financeiros para grandes e médias empresas. Também é foco do Original o atendimento às pessoas físicas e pequenos empreendedores (MEI) em todo o território nacional, oferecendo produtos de crédito como empréstimos pessoal, cheque especial e cartões de crédito e débito, além de produtos de investimentos.</p> <p>Adicionalmente às equipes comerciais, contamos com profissionais de Tesouraria divididos em uma Mesa de Operações Proprietária e uma Mesa Clientes, esta última para oferecer operações de derivativos e de câmbio de forma competitiva aos clientes.</p> <p>Para suportar este modelo de negócios, é estabelecido uma estrutura organizacional de gerenciamento de riscos que possibilite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.</p> <p>O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável por assessorar o Conselho de Administração, que é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a alocação de capital do Conglomerado. As revisões das diretrizes de gerenciamento de risco e de capital, bem como os limites de risco, também são de responsabilidade do CA.</p> <p>Nesta dinâmica, os principais riscos identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> Risco de Crédito Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros Risco de Liquidez Risco Operacional e Socioambiental Gerenciamento de Capital
-----	--

(b)	<p>A estrutura de governança de gestão de riscos tem como pilar a segregação entre o processo decisório e o de execução. Assim, as decisões ficam dentro dos foruns competentes enquanto a execução e operacionalização estão nas áreas e unidades pertencentes ao processo. Dentro deste pilar, destacam-se os seguintes órgãos decisórios:</p> <p>Conselho de Administração</p> <ul style="list-style-type: none"> - Responsável pela definição do apetite e riscos e da estrutura de gerenciamento de riscos <p>Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Responsável por assessorar o CA nas deliberações acerca do gerenciamento de riscos, no acompanhamento dos reportes sobre os riscos e na supervisão da atuação do CRO <p>Comitê de Auditoria</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado; e - Recomendar à Diretoria da Instituição, correções ou aprimoramentos de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de suas atribuições. - Acompanhamento das melhorias recomendadas pela Auditoria Interna. <p>Além destes, as decisões inerentes ao gerenciamento de cada risco específico é deliberados nos comitês que se reportam ao CEGIR:</p> <p>Comitê de Gestão de Portfólio de Crédito Comitê de Risco Operacional e Controles Internos Comitê de Gestão de Ativos e Passivos Comitê de Segurança de Informação e Riscos Tecnológicos</p> <p>Complementando o processo, as diretorias e as áreas tem o mandato de executar as deliberações dos órgãos destacados acima. As principais áreas dentro do processo de gerenciamento de risco são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gerenciamento de Riscos e Capital; - Compliance; - Controles Internos; - Segurança de Informação e Riscos Tecnológicos; e - Auditoria.
(c)	<p>A disseminação da cultura de riscos na instituição tem como primeiro alicerce um canal baseado em pessoas. Todas as áreas possuem um Agente de Controles Internos e Compliance (ACIC) designado. Esta pessoa é responsável pela disseminação dessa cultura de risco, observando eventuais erros operacionais e propondo melhorias no processo de governança dentro da instituição. Destaca-se que para este papel, são escolhidas pessoas com senioridades.</p> <p>Atualmente, o Banco conta com mais de 20 ACICs.</p> <p>O segundo alicerce de disseminação da cultura de riscos é a disponibilização dos documentos internos que regem o processo e a governança de riscos em biblioteca interna para qualquer colaborador. Assim, qualquer colaborador que se interessar pelo assunto tem acesso às políticas de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional e de gestão de capital.</p>
(d)	<p>Os principais riscos incorridos pelo Banco são:</p> <p>Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.</p> <p>Risco de Mercado e Risco de Taxa de Juros: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados, durante processos de liquidação.</p> <p>Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas</p> <p>Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.</p> <p>Gerenciamento de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.</p>
(e)	<p>Dentro do arcabouço de governança descrito nos itens OVA_A e OVA_B, os assuntos de riscos são expostos e deliberados periodicamente no CEGIR, seguindo recorrência estabelecida em seu Regulamento. Cabe ao CEGIR, também observando seu Regulamento, o encaminhamento das deliberações pertinentes ao Conselho de Administração.</p>
(f)	<p>O Programa de Teste de Estresse consiste num conjunto coordenado de processos, que apoiados em rotinas e metodologias, e regidos por uma governança, objetivam identificar potenciais vulnerabilidades da instituição, através de uma avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na solvência e na estratégia da instituição.</p> <p>Os cenários de médio e longo prazo utilizados no Programa de Teste de Estresse são definidos com embasamento econômico elaborado por corpo técnico especializado. Os cenários contêm eventos e circunstâncias adversas, podendo utilizar a interação entre riscos, elementos históricos e hipotéticos, riscos idiossincráticos e sistêmicos, sejam de origem nacional e/ou externa.</p> <p>O impacto do teste de estresse no negócio pode se dar por diversas maneiras: aumento potencial das perdas, redução das receitas financeiras e de serviços, retração das taxas de crescimento, retardo no retorno dos investimentos, entre outros fatores.</p> <p>Os resultados deste teste mostra o impacto estimado no balanço e no resultado financeiro do período, as perdas financeiras ocorridas, os principais riscos identificados, inclusive as concentrações significativas de riscos, e a capacidade da instituição em absorver perdas</p> <p>Os resultados desta avaliação prospectiva são considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nas decisões estratégicas da instituição; • Na revisão dos níveis de apetite por riscos; • Na revisão das estratégias e dos limites estabelecidos para o gerenciamento de riscos e de capital; • Na avaliação da adequação e dos níveis e de capital e de liquidez da instituição e na elaboração dos respectivos planos de contingência; • Na identificação, na mensuração, na avaliação, no monitoramento, no controle e na mitigação dos riscos da instituição.

(g)	<p>O processo de mitigação de riscos tem como diretriz o apetite a risco definido na RAS. Deste modo, para o monitoramento e controle de cada risco específico, tendo em vista uma prévia avaliação, há políticas que possibilitam tais diretrizes. Destacam-se entre as principais ações, dentro do modelo de negócio ora descrito no item OVA_A:</p> <p>Risco de Crédito: Dentro do processo de gestão de risco de crédito, o Original utiliza garantias reais e pessoais como mitigadores de risco de crédito em suas operações, derivativos e operações compromissadas, sendo as garantias solicitadas de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica quantitativamente e qualitativamente a necessidade e as garantias propostas, deliberando sobre sua eventual necessidade.</p> <p>Como política do Conglomerado, normalmente são solicitadas garantias superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização e custos processuais. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.</p> <p>A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando um cenário de venda forçada.</p> <p>Risco Socioambiental: São definidas condições restritivas quando identificado que uma operação de crédito possa ensejar um risco socioambiental, sendo que há uma alçada definido conforme o risco incorrido.</p> <p>Além disso, há condições impeditivas, impossibilitando o início do relacionamento ou a concessão de crédito, independentemente da alçada. Atualmente tal vedação consiste em casos onde há condenações judiciais a partir de 1 grau em matéria trabalhista, com reconhecimento de utilização de mão de obra em condição análogas à escravidão, mão de obra infantil ou exploração sexual, independente do cumprimento da sentença.</p> <p>Risco de Mercado e de Taxa de Juros:</p> <p>As operações intrínsecas às atividades operacionais podem gerar exposições a riscos de mercado em áreas que não tem mandato para correr estes riscos. Estes riscos são transferidos para a Tesouraria, que detém o mandato de gestão de risco de mercado, dentro de limites operacionais.</p> <p>A Tesouraria também realiza a gestão das posições da carteira trading (intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado), utilizando-se de instrumentos derivativos no mercado.</p> <p>Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são os Futuros, Termos, Swaps e Opções, e que podem ser negociados em bolsa ou no mercado de balcão. Os indexadores mais relevantes são: taxas de juros prefixadas, moedas, índices de inflação, índice de bolsa e preço de commodities. O Conglomerado não possui em seu portfólio produtos de derivativos de crédito (Resolução 2.933/02 do CMN).</p>
(h)	<p>A maior parte dos fatores de riscos mapeados e incorridos pela instituição é contemplada na supervisão do Regulador do Sistema Financeiro Nacional, através de cálculos padronizados e consolidados em uma medida denominada RWA (Risk-weighted asset).</p> <p>A Diretoria de Riscos é responsável pelo cálculo e reporte ao regulador, aos membros do CEGIR e, quando aplicável, ao CA acerca destas medidas.</p> <p>Já com um viés mais prospectivo, também é submetivo à governança destacada acima, o Plano de Capital, o documento que demonstra a relação entre o Orçamento da Instituição e a alocação dos Riscos necessários para tal, dado os diferentes cenários de negócio projetados em um horizonte de de três anos. A alçada de aprovação deste documento é do Conselho de Administração.</p> <p>Estratégias de Negócio e Hedge</p> <p>As operações intrínsecas às atividades operacionais podem gerar exposições a riscos de mercado em áreas que não tem mandato para correr estes riscos. Estes riscos são transferidos para a Tesouraria, que detém o mandato de gestão de risco de mercado, dentro de limites operacionais.</p> <p>A Tesouraria também realiza a gestão das posições da carteira trading (intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado), utilizando-se de instrumentos derivativos no mercado.</p> <p>Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são os Futuros, Termos, Swaps e Opções, e que podem ser negociados em bolsa ou no mercado de balcão. Os indexadores mais relevantes são: taxas de juros prefixadas, moedas, índices de inflação, índice de bolsa e preço de commodities. O Conglomerado não possui em seu portfólio produtos de derivativos de crédito (Resolução 2.933/02 do CMN).</p> <p>Neste documento constam as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diretrizes para Alocação de Capital - Projeções de Capital e das Necessidades de Capital - Plano de Contingência de Capital.

Tabela OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

		a	c
		RWA	Requerimento mínimo de PR
		2T20	2T20
0	Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	9.297.555.565,27	921.178.897,96
2	Risco de crédito em sentido estrito	206.038,82	921.178.897,96
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	206.038,82	921.178.897,96
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	0	921.178.897,96
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	206.038,82	921.178.897,96
9	Do qual: mediante demais abordagens	0	921.178.897,96
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	19.566.364,84	921.178.897,96
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	0	921.178.897,96
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	0	921.178.897,96
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	0	921.178.897,96
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	0	921.178.897,96
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR		921.178.897,96
20	Risco de mercado	105.621.574,06	
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	105.621.574,06	
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	0	
24	Risco operacional	1.451.564.297,67	
27	Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)		

Tabela CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)

		a	b
		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	2.449.995	61100004, 64100001
2	Reservas de lucros	-328.254	61300000, 61500006, 70000009, 61800005, 80000006, 64100001, 62620002, 61620003, 62600008, 61600009
3	Outras receitas e outras reservas	14.665	
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	0	
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	2.136.406	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreciamentos de instrumentos financeiros (PVA)		
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	1.050.297	25200005
9	Ativos intangíveis	-370.442	25100002
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	225.865	30984608, 30984701
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	0	

15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	0
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de emp	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresa	0
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglome	0
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	0
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	0
26	Ajustes regulatórios nacionais	144577,384
26a	Ativos permanentes diferidos	0
26b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que compõem o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	0
26d	Aumento de capital social não autorizado	0
26e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	0
26f	Depósito para suprir deficiência de capital	0
26g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-370.442,01
26h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	0
26i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	0
26j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-225.864,62
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	0
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	1.050.297
29	Capital Principal	1.086.109
Capital Complementar: instrumentos		
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	0
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	0
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	0
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	0
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	0
Capital Complementar: deduções regulatórias		
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	0
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	0
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	0
41	Ajustes regulatórios nacionais	0
41b	Participação de não controladores no Capital Complementar	0
41c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	0
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	0
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	0
44	Capital Complementar	0
45	Nível I	1.086.109

Nível II: deduções regulatórias			
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	0	
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	0	
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financ	0	
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeir	0	
56	Ajustes regulatórios nacionais	0	
56b	Participação de não controladores no Nível II	0	
56c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	0	
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	0	
58	Nível II	0	
59	Patrimônio de Referência	2.136.405.899	
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	10.854.741	
Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal			
61	Índice de Capital Principal (ICP)	10,0	
62	Índice de Nível I (IN1)	10,0	
63	Índice de Basileia (IB)	10,0	
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	4,5	
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	-	
66	do qual: adicional contracíclico - ACPCContracíclico	-	
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	0,0	
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	5,5	
Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco			
72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empr	0	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas	0	
75	Valor total, sujeito à ponderação de risco, de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	0	30984402, 30984309, 30984206
Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)			
82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	0	
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	0	
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	0	

Tabela CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

	a	b	c
	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado
Ativos			
Circulante e realizável a longo prazo	14.109.257.648,39		10000007
Disponibilidades	111.397.461,09		11000006
Aplicações interfinanceiras de liquidez	575.920.859,90		12000005
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.274.083.882,28		13000004
Relações interfinanceiras	1.260.173.257,31		14000003
Relações interdependências	18.498.122,90		45000003
Operações de crédito	4.696.158.166,62		16000001
Operações de arrendamento mercantil	0		17000000
Outros créditos	2.989.228.036,20		18000009
Outros valores e bens	192.920.900,88		19000008
Permanente	1.007.117.185,49	0	0
Investimentos	6.742.022,42		21000003
Imobilizado de uso	175.943.271,94		22000002
Imobilizado de arrendamento	0		23000001
Diferido	0		24000000
Intangível	824.431.891,13		25000009
Total de ativos	15.134.872.956,78		0
Passivo			
Depósitos	7.341.751.317,96		41000007
Obrigações por operações compromissadas	32.412.068,68		42000006
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias e hipotecárias, debêntures e similares	4.518.891.193,75		43000005
Relações interfinanceiras	324.507.264,24		44000004
Relações interdependências	18.498.122,90		45000003
Obrigações por empréstimos e repasses	10169666,56		46000002
Instrumentos financeiros derivativos	41.943.013,23		47000001
Outras obrigações	672.048.347,20		49000009
Total de passivos	12.960.220.994,52	0	0
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	2.130.000.616,07	0	0
do qual: montante elegível para Capital Principal	2.130.000.616,07		61100004
do qual: montante elegível para Capital Complementar	0		0
Lucros retidos	0		61500006
Outros resultados abrangentes acumulados	0		0
Patrimônio líquido total	2.130.000.616,07	0	0

Tabela LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Devem ser descritos, quando relevantes:	
(a)	<p>Conselho de Administração (CA): O CA é responsável pela aprovação da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, pela deliberação acerca das exceções e casos não previstos nesta política bem como por definir, se achar necessário, alçadas ao CEGIR e aos demais comitês que participam do processo. Cabe também ao CA a definição do nível de apetite à riscos bem como a aprovação do Plano de Contingência de Liquidez.</p> <p>Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR): O CEGIR é responsável por assessorar o CA nas discussões de gestão de capital, principalmente quando relacionado ao Apetite a Risco da instituição. Entre as suas atribuições estão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir as metodologias de cálculo, inclusive do Caixa Mínimo; • Definir a estratégia de execução do Plano de Contingência, em função do momento; • Reavaliação periódica dos modelos; • Acompanhar a aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de risco de mercado às políticas estabelecidas, incluindo a adequação, a observância e o gerenciamento dos níveis de apetite por riscos fixados na RAS; • Propor ao Conselho de Administração (CA) os níveis de apetite por risco da instituição; • Propor ao Conselho de Administração (CA) políticas, estratégias e limites de gerenciamento de risco de mercado. <p>Comitê de Gestão de Risco de Mercado, Liquidez e Capital (CGRC): Este Comitê é o fórum de discussão e deliberação sobre os procedimentos do gerenciamento de risco de liquidez na instituição. As suas atribuições são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deliberar sobre eventuais limites específicos de Risco Liquidez; • Deliberar a respeito das estratégias de liquidez; • Propor os cenários de estresse de liquidez. <p>RESPONSABILIDADES PELAS ATIVIDADES</p> <p>Diretoria de Riscos As atribuições da Diretoria de Riscos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar, avaliar, mensurar, monitorar, reportar e controlar a exposição ao risco de liquidez do Conglomerado; • Propor premissas, métricas e modelos para a projeção de Fluxo de caixa e do Caixa Mínimo; • Apurar, monitorar e disponibilizar para as áreas e fóruns competentes o fluxo de caixa, indicadores e métricas de liquidez; • Apurar e verificar o cumprimento dos limites, e, nos casos de extrapolação, comunicar às estruturas responsáveis; • Monitorar e controlar o Caixa do Conglomerado; • Propor o conjunto de instrumentos financeiros que podem compor o caixa e o caixa mínimo; <p>Tesouraria: A Tesouraria é responsável pela execução da gestão do caixa e da liquidez da Instituição.</p> <p>Área de Captação: Cabe à Área de Captação a execução e a operacionalização das ações definidas no CGRC no que tange à gestão de liquidez.</p> <p>Diretoria Comercial: A Diretoria Comercial deve informar à Diretoria de Riscos a expectativa de negócios que possam ter influência sobre o fluxo de caixa e, conseqüentemente, sobre o nível de liquidez do Banco.</p> <p>Auditoria Interna: A Auditoria Interna é responsável por avaliar periodicamente, ou sob demanda, a conformidade dos processos, critérios, governança e outros fatores relacionados ao risco de liquidez.</p> <p>Demais Áreas: As demais áreas da Instituição, não diretamente envolvidos neste tema, devem promover o entendimento, pelos seus colaboradores, dos riscos e responsabilidades envolvidas em suas atividades, bem como conheçam e sigam as políticas e procedimentos relativos ao Risco de Liquidez.</p> <p>Entre suas atividades, estão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reportar à Diretoria de Riscos qualquer novo produto ou modalidade de operação que impacta a liquidez da instituição; • Reportar à Diretoria de Riscos quaisquer eventos que alterem o fluxo de caixa projetado, impactando a liquidez da instituição. • Conscientizar as equipes da importância do cumprimento da Política de Risco de Liquidez; • Contribuir para a fidedignidade das informações extraídas dos sistemas operacionais utilizados em suas áreas com o intuito de compor a base de dados para análise da exposição ao risco de liquidez; • Enviar eventuais informações que possam impactar à gestão de risco de liquidez em tempo hábil para a Diretoria de Riscos.

<p>(b)</p>	<p>Cada operação de captação possui características que podem influenciar a expectativa de fluxo de caixa. Neste sentido, as características (dados cadastrais) mais relevantes para esta análise são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cliente (contraparte); • Data de Vencimento (prazo); • Taxa contratada; • Condição de Liquidez; • Indexador. <p>O perfil de captação, portanto, consiste no conjunto de características que o portfólio institucional tem em função de suas operações observadas de maneira agregada.</p> <p>Dentro do contexto de gerenciamento do risco de liquidez, a gestão do perfil de captação é variável importante na expectativa de projeção de fluxo de caixa. Um perfil menos estável de funding oferece maior volatilidade na manutenção da liquidez. Conforme disposto na Política de Risco de Liquidez, o perfil de funding (e consequentemente sua projeção de fluxo de caixa) é considerado no modelo de cálculo do Caixa Mínimo que requer mais liquidez na medida em que o perfil do funding for mais instável.</p> <p>Abaixo serão detalhadas as análises e a governança das principais variáveis do perfil de captação da Instituição.</p> <p>2. Contraparte</p> <p>Por contraparte (ou cliente) entende-se o detentor do papel emitido pela Instituição, ou seja, quem de fato está exposto ao risco do Banco. Nesse sentido, há dois segmentos de atuação da Banco Original: (a) o de Pessoa Física, cujos canais de distribuição são os gerentes, os correspondentes bancários e as distribuidoras; e (b) o Institucional, composto por empresas, bancos, fundos de investimentos, seguradoras, entre outros clientes de grande porte.</p> <p>Uma alta concentração de títulos do Banco em determinada contraparte representa um aumento de risco para a gestão de liquidez do Banco, tendo em vista a volatilidade na projeção de fluxo de caixa.</p> <p>De forma a mitigar o risco de concentração de contraparte, e complementando as diretrizes do modelo de Caixa Mínimo, para o segmento Institucional fica estabelecido o limite de concentração por cliente em 15% do Patrimônio Líquido (PL).</p> <p>Além da concentração por cliente, outro fator relevante nessa análise é o canal de negociação dos papéis do Banco: as distribuidoras. Elas colocam à disposição dos seus clientes os títulos emitidos pelo Banco Original. Embora estas distribuidoras não sejam consideradas clientes (por não deterem o papel do Banco), uma gestão prudente sobre este tipo de canal é importante para manutenção e diversificação das fontes de captação. Neste sentido, é exigida a manutenção de, no mínimo, três distribuidores ativos.</p> <p>Adicionalmente, de forma a atingir uma maior quantidade e diversidade de clientes finais, a área de Captação Institucional observa as diferentes propostas de negócios destes distribuidores, que podem ser através de agentes autônomos, plataformas digitais, wealth management, entre outros.</p> <p>2.1. Prazo, Taxa e Condição de Liquidez</p> <p>O perfil de vencimento das captações tem influência sobre a projeção do fluxo de caixa, uma vez que representa um evento (trigger) onde o cliente, detentor do papel, terá a oportunidade de reavaliação sobre a permanência dos recursos.</p> <p>Uma primeira análise indica que um vencimento de captação representa uma expectativa de saída de fluxo de caixa e, equivalentemente, um vencimento de empréstimo representa uma expectativa de entrada de fluxo de caixa. Contudo, essa análise deve ser complementada com o comportamento esperado da carteira, com o planejamento de negócios e com características específicas de algumas operações.</p> <p>Dentre estas características específicas, destaca-se a opção por permitir ao cliente o resgate da aplicação a qualquer tempo (liquidez diária). Diferentemente das operações sem liquidez, que representam um importante instrumento de gestão do caixa em função da sua previsibilidade, este tipo de condição só é disponibilizado para os correntistas Pessoa Física e Pessoa Jurídica, ou seja, em canais diretos com o Banco. Qualquer exceção deve respeitar a alçada definida pelo CA.</p> <p>Complementa esta discussão o acompanhamento do custo de captação do portfólio, onde o custo marginal de captação é repassado ao negócio (área Comercial) através do Transfer Price.</p> <p>Diante deste cenário, o monitoramento do perfil de vencimentos dos ativos e passivos (ALM), à luz das demais variáveis destacadas acima, deve ser acompanhado no CEGIR que, quando necessário encaminha o assunto ao CA. Este acompanhamento tem o intuito de deliberar sobre as estratégias de funding sem perder de vista o planejamento estratégico institucional.</p> <p>2.2. Indexador</p> <p>O objetivo da área de Captação Institucional e da área de Investimento do Banco PF é a emissão de títulos do Banco para a captação de recursos de terceiros, seguindo as diretrizes e alçadas definidas nesta Política e sem perder de vista às práticas e disponibilidade do mercado. Neste cenário, podem ser emitidos títulos com diferentes indexadores, tais como: CDI, Pré, IPCA, entre outros.</p> <p>Esta composição de diferentes indexadores entre ativos e passivos pode ocasionar um risco de taxa de juros cuja gestão não é da área de Captação Institucional, e sim, conforme disposição da Política de Risco de Mercado, da área Tesouraria, que tem o mandato de realizar o hedge.</p>
------------	--

(c)	<p>Como forma de mitigação, o monitoramento e controle do risco de liquidez é realizado diariamente pela área de risco de liquidez e informado para a Diretoria e Tesouraria através de relatórios gerenciais utilizando correio eletrônico.</p> <p>Se identificado extrapolação de limites e alertas definidos a área de risco deve informar o fato tempestivamente ao fórum competente. Cabe, nesta situação, ao comitê a deliberação sobre as ações a ser tomada.</p>
(d)	<p>O gerenciamento do risco de liquidez é complementado com testes de estresse, que estimam os efeitos de eventos severos intrínsecos ou situações extremas das condições macroeconômico e financeiras sobre a liquidez da Instituição.</p> <p>Os cenários de condições adversas de liquidez consideram, entre outros fatores, a redução de recursos captados, a dificuldade de acesso a novos recursos, a exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de prestações de avais ou garantias, linhas de crédito contratadas e não utilizadas, e a restrição de liquidação financeira de ativos.</p> <p>A Diretoria de Riscos realiza o monitoramento da liquidez nestes cenários e reporta seus resultados para a Tesouraria e aos membros do CGRC.</p>

(e)	<p>O objetivo do Plano de Contingência de Liquidez é fornecer um guia sobre os processos e procedimentos a serem adotados pela instituição em uma situação adversa de liquidez.</p> <p>Este documento consolida as diretrizes sobre o processo, as responsabilidades, os fóruns de deliberações, a coordenação e execução de ações, a comunicação interna e externa, e as possíveis alternativas da instituição para enfrentar problemas de liquidez.</p> <p>O Plano de Contingência de Liquidez foi desenvolvido em conformidade aos requisitos da Resolução 4.557/17 e demais normas regulamentares aplicáveis à gestão das instituições financeiras e boas práticas de mercado.</p> <p>Definição dos cenários onde será acionado o Plano de Contingência de Liquidez:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ocorrência de evento de estresse <p>Consiste em um evento pontual, generalizado de mercado ou idiossincrático, como por exemplo a quebra de uma instituição financeira, a divulgação de um fato ou veiculação de uma notícia (ainda que falsa), onde constitui-se o risco de danos à imagem e reputação com potencial impacto na liquidez da Instituição.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caixa estruturalmente inferior ao Caixa Mínimo <p>Identificação de uma situação onde o nível do caixa atinge um patamar inferior ao Caixa Mínimo de forma estrutural, isto é, não há expectativa de sua recomposição no curto prazo.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caixa insuficiente para o fechamento do dia <p>Esta situação se caracteriza pela identificação da possibilidade do saldo da conta reserva não ser suficiente para honrar as obrigações durante o dia.</p> <p>Responsabilidade pelas Ações de Contingência Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR): O Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) deve acompanhar todo o processo de contingência de liquidez. É sua responsabilidade definir as ações a serem tomadas, monitorar e avaliar os resultados obtido.</p> <p>Áreas:</p> <p>As áreas a seguir são fundamentais na execução e monitoramento do Plano de Contingência de Liquidez. Deste modo, o diretor responsável de cada área, ou um representante na sua ausência, deve acompanhar o desenvolvimento deste plano:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tesouraria • Captação • Comercial • Riscos • Operações <p>ACIONAMENTO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA</p> <p>1. Levantamento de Informações</p> <p>A identificação de um potencial de contingência representa necessidade de cuidado e plena atenção, pois indica que, dada a estrutura de funding, obrigações e direitos, existe uma probabilidade de insuficiência de recursos para manutenção da solvência de curto prazo da instituição.</p> <p>Diante da necessidade de execução de ações que contribuam para a retenção do caixa e aumentem a liquidez de curto prazo, as seguintes informações devem ser expostas:</p> <p>Área de Operações e de Riscos:</p> <p>Devem informar a programação de saídas previstas para o horizonte de curto prazo – durante o dia e nos próximos dias. Esta programação é composta por liquidações de operações, ajustes na bolsa, encargos e despesas administrativas. O piloto de reserva, em conjunto com a área de Riscos, deve informar a composição dos ativos líquidos e o valor de títulos bloqueados na bolsa ou em operações interbancárias.</p> <p>A composição do caixa e da carteira TVM contendo as operações que podem ser liquidadas para obtenção de liquidez como debêntures, ações, entre outros. Também deve ser exposta a projeção do fluxo de caixa e o runoff da carteira.</p> <p>Em relação à carteira de captação, deve ser destacado quais operações vão vencer nos próximos dias, quais operações contratualmente não podem ser liquidadas e o canal (Varejo, Mesa Clientes, Distribuidor ou Institucional) de cada contrato.</p> <p>Por fim, o saldo de depósito à vista, o crédito rotativo disponível não tomado, as fianças e o saldo rotativo do cartão de crédito também devem ser informado.</p> <p>2. Ações do Plano de Contingência</p> <p>Com o conjunto de informações deliberadas nos itens acima, são elencadas as ações que, individualmente ou em conjunto, poderão ser executadas tendo em vista a retenção do caixa e o aumento de liquidez de curto prazo:</p> <p>Área de Captação:</p> <p>(a) Com o intuito de mitigar, parcialmente ou totalmente, o movimento de resgate antecipado das emissões, a área poderá cobrar um desconto no valor de juros da aplicação. A área poderá ainda, para os contratos sem condições pré-estabelecidas de liquidez, negar o resgate antecipado.</p> <p>(b) Para as aplicações do Grupo, a área deverá negociar a possibilidade de manter os recursos já existentes na base de funding ou mesmo captar novos recursos.</p> <p>(c) Adicionalmente, pode-se acessar outros Bancos ou Investidores Institucionais para captação de recursos via DPGE II (Depósito a Prazo com Garantia Especial). Para esta ação a área de risco verifica a disponibilidade de captação em função das garantias existentes.</p> <p>Área de Varejo:</p> <p>(d) Equivalentemente à área de Captação, a área de Varejo deverá avaliar a possibilidade de aplicação de um desconto quando do resgate antecipado das operações sem liquidez contratada de forma a desestimular tal movimento.</p> <p>Área Comercial e de Crédito:</p> <p>(e) Suspensão ou redução de novas liberações das operações de crédito. Deverá ser observado o status do workflow de todas as operações, e as que estão passíveis de serem postergadas serão identificadas e suspensas até decretado fim do estado de contingência.</p> <p>(f) Sobre as operações de empréstimos que estão próximas ao vencimento, deverá haver uma análise sobre a real capacidade de pagamento dos clientes e, para os casos possíveis, estas operações devem ser liquidadas.</p> <p>(g) Em se tratando de uma operação relevante e de curto prazo, deverá ser verificada a viabilidade da não renovação do saldo das operações de Cessão de Recebíveis de modo a não comprometer o lastro das captações em LCA.</p> <p>Área de Tesouraria:</p> <p>(h) Deverá realizar a venda de Títulos e Valores Mobiliários que estão na carteira e não compõem o caixa da Instituição. Estes instrumentos, a priori, não têm liquidez imediata de modo que é esperado que haja um prêmio de liquidez para venda destes instrumentos.</p> <p>(i) Adicionalmente, a Tesouraria deverá analisar o encerramento ou redução das posições da carteira na BM&F, gerando o desbloqueio de títulos públicos federais vinculados.</p> <p>Institucional:</p> <p>(j) A Diretoria pode acessar o Grupo Controlador para avaliar a possibilidade de aporte de novos recursos.</p> <p>PLANO DE COMUNICAÇÃO</p> <p>Os procedimentos de comunicação são necessários à medida que é necessário coordenar a execução das ações e manter informadas as entidades pertinentes ao processo. Neste contexto, são segregados os procedimentos de comunicação no que tange à governança interna e externa do plano de contingência.</p> <p>1. Comunicação aos Fóruns</p> <p>Sendo o monitoramento e controle contínuo da liquidez e solvência da instituição papel da área de Riscos, esta área tem o mandato de informar ao Comitê Executivo de Gestão de Riscos (CEGIR) as ações tomadas e os resultados obtidos em cada etapa do processo.</p> <p>2. Comunicação às Áreas Afins</p> <p>Conforme descrito nos itens anteriores, as áreas pertinentes ao processo são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tesouraria • Captação • Comercial • Riscos • Operações <p>O Diretor responsável de cada área tem o mandato de decidir, dentro da sua área, quais funcionários devem ser informados e qual o nível de informação distribuído.</p> <p>3. Comunicação ao Regulador</p> <p>A comunicação com o Banco Central deve ser centralizada na Diretoria Executiva de Riscos. A diretoria tem o mandato de posicionar o regulador das ações executadas, seus resultados e das ações que pretende realizar.</p> <p>Também cabe à Diretoria manter os demais membros do grupo posicionados acerca das informações prestadas ao Banco Central.</p> <p>4. Comunicação ao Grupo Controlador</p> <p>A Diretoria de Riscos é responsável por posicionar o Grupo Controlador das ações executadas, seus resultados e as ações que pretende realizar. E em conjunto com a área de captação verificar a disponibilidade de recursos para um novo aporte.</p>
-----	---

(f)	<p>As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Conselho de Administração (CA). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17.</p> <p>A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.</p> <p>Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.</p> <p>Os pilares que estruturam estas análises são detalhados nos itens a seguir:</p> <p>Fluxo de Caixa</p> <p>A apuração do fluxo de caixa é realizada a partir da consolidação de informações recebidas de diversas áreas do Conglomerado. Utiliza-se neste fluxo um horizonte temporal de, no mínimo, 90 (noventa) dias.</p> <p>Para os fluxos, são considerados os diferentes tipos de moedas, prazos e valores contratados das operações. Visando uma melhor aderência com o fluxo real, incorpora-se ao fluxo de caixa contratual a ocorrência de eventos que impactem na liquidez da Instituição como: a inadimplência e a renovações de operações.</p> <p>São identificados possíveis descasamentos ou concentrações no fluxo que possam comprometer a capacidade financeira da Instituição. Estes descasamentos são monitorados pela Diretoria de Riscos, que acionará os responsáveis pela gestão da carteira para a tomada de providências, conforme cada mandato.</p> <p>Teste de Estresse</p> <p>A análise do risco de liquidez é complementada com testes de estresse, que estimam os efeitos de eventos severos ou situações extremas das condições econômico-financeiras na liquidez da Instituição.</p> <p>Os cenários adversos de liquidez consideram, entre outros fatores, a redução de recursos captados, a dificuldade de acesso a novos recursos e a restrição da liquidação financeira dos ativos pelas contrapartes. Por sua vez, os cenários de choques nos fatores de riscos levam em conta: a alteração nos valores das variáveis macroeconômicas, dos preços dos ativos e das taxas de juros, assim como, à desvalorização dos ativos líquidos, segundo a perspectiva do país e de projeções por modelos probabilísticos.</p> <p>A Diretoria de Riscos realiza o monitoramento da liquidez nestes cenários e reporta seus resultados à Tesouraria e aos membros do CGRC.</p> <p>Caixa Mínimo</p> <p>O Caixa Mínimo consiste na manutenção de um colchão de liquidez para o Conglomerado garantir a solvência por determinado período de tempo em um cenário de estresse de liquidez.</p> <p>São considerados, entre outros, o resgate antecipado de captações, saques nos depósitos à vista, a rolagem dos vencimentos dos empréstimos, aumento na utilização dos limites de crédito rotativo e despesas administrativas.</p> <p>A manutenção do nível de Caixa, composto exclusivamente por ativos de alta liquidez, superior ao Caixa Mínimo é monitorada, controlada e reportada pela Diretoria de Riscos. Se identificado um nível de Caixa inferior ao Caixa Mínimo, o fato é tempestivamente informado aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.</p> <p>Plano de Contingência de Liquidez</p> <p>O plano de contingência de liquidez consiste na definição de um processo para fazer frente às insuficiências no fluxo financeiro em situações de crise de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intraday.</p>
-----	---

Tabela CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

(a)	<p>O Original oferece a seus clientes um portfólio de produtos e serviços que visam o financiamento à cadeia produtiva do agronegócio, à produção industrial, à aquisição de direitos creditórios, empréstimos para capital de giro e derivativos, voltados à proteção de ativos financeiros para grandes e médias empresas e o atendimento às pessoas físicas e pequenos empreendedores (MEI) em todo o território nacional.</p> <p>Deste modo, sendo o principal negócio do Banco, de fato é observado que o risco predominante no balanço da instituição é o risco de crédito.</p>
(b)	<p>O crescimento da carteira comercial impacta a exposição da Instituição ao risco de crédito. Por isso é fundamental uma política de concessão de crédito que permita o crescimento do negócio de maneira consistente e um gerenciamento de riscos que monitore e controle a evolução da carteira dentro dos parâmetros estabelecidos. De modo a manter a observância a tal diretriz, são observados os seguintes pilares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Política de Concessão de Crédito PJ que considere clientes que apresentem boa posição patrimonial, garantias sólidas e documentação em ordem. • Política de Concessão de Crédito PF que permita o crescimento da carteira de maneira sustentável e sem demasiada concentração por clientes; • Decisões de créditos relevantes em fórum senior; • Constante monitoramento e controle das diretrizes estabelecidas; e • Mitigação do risco socioambiental inerente à atividade comercial.
(c)	<p>Constituem-se formalmente os seguintes comitês para a análise, deliberação e acompanhamento das atividades pertinentes ao gerenciamento do Risco de Crédito da Instituição, a saber:</p> <p>a) Conselho de Administração; b) Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos; c) Comitês de Crédito, e; d) Comitê de Gestão do Portfólio de Crédito.</p> <p>Todos os órgãos listados acima possuem regulamento aprovado, conforme alçada. O Conselho de Administração é o órgão máximo de deliberação, que por sua vez, pode delegar algum nível de alçada para os demais comitês.</p> <p>Apesar da delegação acima referida, o Conselho de Administração poderá ratificar as deliberações realizadas por estes comitês em situações de insuficiência de alçada ou a pedido do secretário do fórum. A alçada de aprovação de exceções e situações não previstas neste normativo é do Conselho de Administração.</p>
(d)	<p>Dentro da governança estabelecida pelo Banco, o CRO, que está a frente da Diretoria de Riscos, se reporta ao Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) que por sua vez assessora o Conselho de Administração nos assuntos relativos à gestão de riscos.</p> <p>O programa de conformidade está sob a gestão da área de Compliance, onde está designado diretor estatutário apartado das atribuições de riscos.</p> <p>A área de auditoria interna, por sua vez, está subordinada ao Comitê de Auditoria, nos termos da Resolução 3.198.</p>
(e)	<p>As principais informações nos relatórios de gerenciamento de riscos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Evolução da carteira de crédito por linhas de negócios, maturidade e rating - Evolução da carteira de Atacado por segmento da economia - Concentração por clientes (segundo disposições da Resolução 4.677) - inadimplência - Garantias

Tabela CR1: Qualidade creditícia das exposições

		a	b	c	g
		Valor Bruto		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido (a+b-c)
		Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		
1	Concessão de crédito	266.397,46	6.925.368,52	271.007,18	6.920.758,80
2	Títulos de dívida	0	3.248.500,45	0	3.248.500,45
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais	0	2.745.417,91	0	2.745.417,91
2b	dos quais: outros títulos	0	503.082,54	0	503.082,54
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial		358.854,00	6.075,00	503.082,54
4	Total (1+2+3)	266.397,46	10.532.722,96	277.082,18	10.672.341,79

Tabela CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

		(a) Total
1	Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	
2	Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	
3	Valor das operações reclassificadas para curso normal	
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	54.700,08
5	Outros ajustes	
6	Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	

Tabela CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

(a)	Setores Econômicos Agronegócio 141.968 Financeiro 28.467 Indústria 1.056.903 Serviços 2.408.848 Outros 4.962.622 Exposições por regiões geográficas no Brasil Sudeste 6.536.189 Centro-Oeste 1.289.594 Sul 225.101 Nordeste 400.402 Norte 147.522 no Exterior 0 Exposições por Prazos até 6 meses 4.147.625 acima de 6 meses até 1 ano 540.514 acima de 1 ano até 5 anos 3.760.111 acima de anos 150.557
(b)	Região Centro-Oeste 4.713 Nordeste 9.258 Norte 1.395 Sudeste 145.403 Sul 9.364 Setor Agronegócio Financeiro Indústria Outros Serviços 31.202 Pessoa Física 138.931
(c)	atraso entre 15 e 60 dias 53.424 atraso entre 61 e 90 dias 22.121 atraso entre 91 e 180 dias 46.051 atraso entre 181 e 360 dias 121.314 atraso acima de 360 dias 2.768
(d)	
(e)	10 maiores clientes 14%; 100 maiores clientes 53%

Tabela CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

(a)	<p>O Risco de Crédito Potencial (RCP) trata dos casos onde o cliente é a contraparte do banco em operações cujo potencial de perda de crédito está associado às flutuações dos preços de mercado, a exemplo dos derivativos, dos contratos com exposição cambial e das compromissadas.</p> <p>O Original utiliza modelos de análise histórica de volatilidades dos retornos dos ativos subjacentes, associando-os a uma expectativa econômica previamente aprovada em comitê para estimação do potencial ajuste financeiro da operação de derivativo. Assim, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança aprovados em fórum competente, estima-se o risco de crédito potencial de cada contrato.</p> <p>Esta estimativa de ajuste financeiro potencial é considerada para fins de aprovação de limites sem perder de vista as demais posições desses clientes em seus demais contratos de crédito.</p>
(b)	<p>O Original controla a exposição ao risco de crédito, não só no âmbito global de sua carteira, na forma de concentrações, mas também individualmente, avaliando as contrapartes e suas operações de crédito. A atuação nestas duas frentes de forma coordenada, garante a adequação do risco de crédito ao apetite definido pelo Conselho de Administração (CA). A Diretoria de Riscos monitora a evolução dos índices de concentração do portfólio pelos maiores devedores, por classificação de crédito das contrapartes, por quantidade de dias de atraso e por maturidade das operações. Além disso, é avaliada a adequação das provisões frente a exposição de risco. As áreas e os Comitês envolvidos recebem estes relatórios mensais para o devido acompanhamento.</p> <p>As garantias reais e pessoais atuam como mitigadores de risco de crédito nas operações de derivativos e operações compromissadas, sendo as garantias solicitadas de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica quantitativamente e qualitativamente a necessidade e as garantias propostas.</p> <p>No caso particular de gestão de risco de contraparte, também podem ser acordadas condições de liquidação antecipada (Reset) ou de garantias em aplicações financeiras.</p>
(c)	<p>não se aplica</p>

Tabela MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

(a)	<p>O Risco de Mercado trata dos resultados potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. O gerenciamento de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atende ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional.</p> <p>A seguir serão abordadas as estruturas, políticas e metodologias utilizadas pelo Conglomerado no controle do risco de mercado, bem como informações da carteira ao longo dos últimos trimestres.</p> <p>Políticas e Governança</p> <p>A Política de Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração (CA), consolida as definições, diretrizes e responsabilidades de fóruns e áreas envolvidas para que sejam estabelecidas as práticas de gerenciamento do risco de mercado. A análise de exposição das carteiras da Instituição (Trading e Banking) é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas na Política de Risco de Mercado.</p> <p>O detalhamento das principais atribuições e processos relacionados ao monitoramento e controle do risco de mercado são descritas a seguir.</p> <p>Mapeamento do Risco de Mercado</p> <p>O processo de mapeamento de risco de mercado consiste na:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Identificação dos fatores de risco de mercado para cada produto e seus mitigantes; (2) Definição da metodologia de alocação de valores nos fatores de risco; e (3) Tratamento específico destinado às opções. <p>Marcação a Mercado</p> <p>O processo de marcação a mercado consiste em precificar os instrumentos financeiros pelo seu valor justo, isto é, pelo valor que hipoteticamente seria transacionado no mercado em determinado momento. Este processo é função das taxas e preços observados nos mercados, dos cálculos segundo composição de insumos coletados no mercado ou modelos de aproximação.</p> <p>Para os instrumentos pertinentes ao processo, existem duas situações possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Marcação a Mercado: Quando há informação do preço observado e disponível no mercado; • Marcação a Modelo: Não é possível a utilização do seu preço de maneira direta, sendo assumido modelos e/ou aproximações dos seus fatores de risco e respectivo cálculo. <p>A Diretoria de Riscos é responsável pela proposta e revisão dos modelos de marcação a mercado da Instituição. A área de Finanças, por sua vez, garante a aderência dos modelos às regras do IFRS. O modelo de marcação a mercado inclui dois aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição da coleção de insumos (preços, curvas e superfícies de volatilidade) necessários; • Metodologia de cálculo a ser aplicada. <p>A aprovação dos modelos de marcação a mercado é de alçada do Comitê de Gestão de Risco de Mercado, Liquidez e Capital (CGRC).</p> <p>Classificação das Operações</p> <p>Em linha com a Circular 3.354/2007 e a Resolução 4.557/17, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking). As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da Instituição.</p> <p>Risco de Mercado da carteira Trading</p> <p>Gerencia-se o risco de mercado da carteira de negociação (trading) através de procedimentos de identificação e mensuração do risco de mercado, monitoramento permanente do risco, reporte dos resultados, testes de estresse e controle de limites.</p> <p>Seguindo a estrutura de governança do processo de monitoramento e controle do risco de mercado, o apetite a risco é definido pelo Conselho de Administração (CA). Sendo que, o CEGIR e o CGRC tem alçadas para a criação de sublimites. A Diretoria de Riscos tem o mandato de controlar os limites e, em caso de um evento de desenquadramento deve comunicar tempestivamente, a Tesouraria e o comitê responsável pela supervisão do limite.</p> <p>Ainda, para os ativos da carteira de negociação apura-se a alocação de capital, segundo os modelos padronizados regulamentados pelo Banco Central do Brasil, referente aos riscos de mercado de juros, cupom de moedas, cupom de índices de preços, cupom de outras taxas, commodities, câmbio e de ações.</p> <p>a) Valor em Risco (VaR)</p> <p>O monitoramento do risco de mercado da Tesouraria é realizado, entre outros, através do VaR, conforme aprovado. Utiliza-se como metodologia o modelo de VaR paramétrico, com 99,9% de intervalo de confiança, volatilidade EWMA com 126 amostras e lambda de 0,94. O holding period (hp) é função dos dias necessários para liquidação da posição, levando-se em conta o tamanho da posição detida pelo banco e a liquidez de mercado do fator de risco.</p> <p>A manutenção e proposta de novas metodologias de controle desta métrica é responsabilidade da Diretoria de Riscos. As alterações devem ser aprovadas pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado, Liquidez e Capital.</p> <p>Respeitando a estrutura de negócios definida na política interna de risco de mercado, as mesas pertencentes à carteira trading estão sujeitas aos limites de exposição de VaR. Estes limites são definidos de acordo com o apetite a risco da Instituição, sendo o fórum de deliberação o Conselho de Administração (CA).</p> <p>A Diretoria de Risco monitora e controla, para cada estrutura, o consumo de VaR vis a vis seu limite. Diariamente, reporta os resultados e controle através de relatórios enviados para a área de Tesouraria. Se extrapolado um limite, o fato é reportado tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.</p> <p>b) Teste de Estresse</p> <p>Os cenários de estresse são representações de condições atípicas de mercado que podem eventualmente resultar em perdas econômicas não contempladas pelo VaR.</p> <p>Para a gestão de risco de mercado da Tesouraria são utilizados os cenários de estresses dos fatores de risco de mercado divulgados pela Bolsa B3, sendo que o Comitê de Gestão de Riscos e de Capital acompanha tais cenários bem como o seu impacto financeiro no portfólio da Tesouraria.</p> <p>Uma vez que o teste de estresse atingir o limite máximo estabelecido, a área de risco de mercado informa o fato tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.</p> <p>c) Stop Loss</p> <p>A medida de Stop Loss consiste na máxima perda financeira aceitável de uma determinada carteira em uma janela de tempo.</p> <p>A Mesa de Tesouraria Proprietária tem definido um limite para perdas em uma janela determinada de tempo. Diariamente a área de risco de mercado afere o resultado acumulado de cada portfólio dentro desta janela de tempo. O P&L acumulado, se negativo, é comparado com o limite de Stop Loss. Se constatado que o resultado negativo atingiu o limite, o fato será informado tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.</p>
-----	---

	<p>Risco de Mercado da Carteira Banking</p> <p>O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira bancária (banking) é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. O Conglomerado utiliza para a apuração da sensibilidade do portfólio às mudanças na estrutura a termo de taxa de juros uma metodologia pautada nas recomendações de Basileia.</p> <p>O risco da taxa de juros é a exposição de uma instituição financeira a movimentos adversos na estrutura a termo das taxas de juros. Mudanças na estrutura a termo de taxa de juros afetam a receita da instituição, e modifica o valor dos ativos, passivos e instrumentos off-balance (hedge com derivativos) devido à mudança de seu valor de mercado. Desta forma, um processo efetivo de gerenciamento de risco de taxas de juros que o mantenha em níveis prudentes e dentro do apetite do Conglomerado em incorrer nesses riscos é essencial para sua segurança e solidez.</p> <p>As etapas para esta quantificação são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apuração da exposição por prazo e fator de risco do portfólio; • Cálculo das curvas associadas aos fatores de risco com choques paralelos e rotacionais de alta e baixa seguindo diretrizes do BIS (http://www.bis.org/bcbs/publ/d368.pdf); • Cálculo da variação das posições usando as curvas nos cenários descritos acima; • Somatória das perdas entre os cenários obtidos por fator de risco. <p>A área de risco de mercado realiza o cálculo do risco de taxa de juros (R BAN) reportando o resultado através de relatórios para a Tesouraria. Havendo extrapolação dos limites estabelecidos, o fato é, tempestivamente, reportado ao CEGIR.</p> <p>Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado</p> <p>A aferição dos modelos de risco de mercado é aplicada nos processos de mensuração, monitoramento e controles, visando identificar e sanar possíveis problemas e desvios destes processos em relação aos seus objetivos. Neste processo, inclui-se o backtesting, que tem o objetivo verificar a precisão dos modelos adotados através da comparação das perdas previstas com as observadas.</p> <p>Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos</p> <p>A implantação de qualquer novo produto, ou estratégia, pelas áreas de negócio da Instituição passa pela avaliação prévia da Diretoria de Riscos, dentro do processo de avaliação e aprovação de produtos. A análise prévia do produto busca identificar os riscos inerentes do instrumento financeiro, bem como avaliar a adequação dos processos de controle de risco. O resultado dos trabalhos é apresentado ao Comitê de Avaliação de Risco de Produtos (CARP) para que sejam tomadas as medidas cabíveis.</p>
(b)	<p>O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.</p> <p>Em fevereiro de 2019 foi constituído o Conselho de Administração do Banco Original que, conforme regulação vigente, é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a alocação de capital do Conglomerado. Por sua vez, o Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR) é responsável por assessorar o CA nas discussões de gestão de capital, principalmente quando relacionado ao Apetite a Risco da instituição. As revisões das diretrizes de gerenciamento de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo da Instituição.</p> <p>Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.</p> <p>Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gerenciamento de riscos são devidamente divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para posterior consulta.</p>
(c)	<p>O sistema de gerenciamento de Risco de Mercado utilizado pelo Conglomerado Original é o software Mitra da empresa Luz Soluções Financeiras (www.luz-ef.com.br).</p>

Tabela MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

		a
Fatores de risco		RWA _{M PAD}
1	Taxas de juros	56.587.072,38
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	23.741.656,75
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	32.845.415,63
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	0
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	0
2	Preços de ações (RWA _{ACS})	25.221.544,25
3	Taxas de câmbio (RWA _{CAM})	18.071.030,05
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWA _{COM})	5.741.927,38
9	Total	105.621.574,06

Tabela IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

a	<p>O risco à taxa de juros é a exposição de uma instituição financeira a movimentos adversos na estrutura a termo de taxas de juros. Embora este risco seja uma importante fonte de lucratividade, sua exposição excessiva pode ser um risco à receita e ao capital do banco. Mudanças nas taxas de juros afetam a receita da instituição, bem como altera o valor dos ativos, passivos e instrumentos off-balance (hedge com derivativos) devido à oscilação de seu valor de mercado. Desta forma, um processo efetivo de gerenciamento de risco de taxas de juros que o mantenha em níveis prudentes e dentro da disposição da instituição em incorrer esses riscos é essencial para sua segurança e solidez.</p> <p>A mensuração do IRRBB, ou RBAN, terá como base abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira. Na sua modelagem deverá considerar as seguintes premissas:</p> <p>a) mudanças na estrutura temporal dos fluxos de caixa de depósitos sem vencimento contratual definido; e</p> <p>b) agregação de moedas, em linha com a Circular 3.876.</p> <p>A área de risco de mercado é responsável pelas propostas de modelos e parâmetros a serem utilizados nesta análise. O modelo e seus parâmetros devem ser deliberados e aprovados pelo CGRC. Caberá ao CGRC a proposta dos limites para gestão do risco de taxa de juros do banking book, sempre dentro do Appetite à Risco definido na RAS.</p> <p>Definidos a métrica, parâmetros e limites, a área de risco de mercado realiza o cálculo do IRRBB mensalmente, reportando o resultado à área de Tesouraria através de relatório.</p> <p>Havendo extrapolação dos limites estabelecidos, a área de risco de mercado informa o fato tempestivamente ao Comitê responsável, que delibera sobre as ações a serem tomadas. Cabe à Tesouraria a execução das ações definidas e à área de risco de mercado o monitoramento destas ações.</p>
b	Realizado monitoramento do consumo dos limites de EVE e NII.
c	Mensal
d	Adotados os cenários paralelos padronizados de alta e de baixa, conforme Art. 11 da Circular 3.876/18, e respeitando os choques definidos no Anexo I do mesmo normativo regulatório.
e	
f	O hedge das exposições ao IRRBB é realizado, em sua maioria, através de operações de derivativos na B3. Também é importante destacar que a instituição vem fazendo uso crescente da estratégia de Hedge Accounting para a carteira de captação pré-fixada.
g	<p>O risco à taxa de juros é a exposição de uma instituição financeira a movimentos adversos na estrutura a termo de taxas de juros. Embora este risco seja uma importante fonte de lucratividade, sua exposição excessiva pode ser um risco à receita e ao capital do banco. Mudanças nas taxas de juros afetam a receita da instituição, bem como altera o valor dos ativos, passivos e instrumentos off-balance (hedge com derivativos) devido à oscilação de seu valor de mercado. Desta forma, um processo efetivo de gerenciamento de risco de taxas de juros que o mantenha em níveis prudentes e dentro da disposição da instituição em incorrer esses riscos é essencial para sua segurança e solidez.</p> <p>A mensuração do IRRBB, ou RBAN, terá como base abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira. Na sua modelagem deverá considerar as seguintes premissas:</p> <p>a) mudanças na estrutura temporal dos fluxos de caixa de depósitos sem vencimento contratual definido; e</p> <p>b) agregação de moedas, em linha com a Circular 3.876.</p> <p>A área de risco de mercado é responsável pelas propostas de modelos e parâmetros a serem utilizados nesta análise. O modelo e seus parâmetros devem ser deliberados e aprovados pelo CGRC. Caberá ao CGRC a proposta dos limites para gestão do risco de taxa de juros do banking book, sempre dentro do Appetite à Risco definido na RAS.</p> <p>Definidos a métrica, parâmetros e limites, a área de risco de mercado realiza o cálculo do IRRBB mensalmente, reportando o resultado à área de Tesouraria através de relatório.</p> <p>Havendo extrapolação dos limites estabelecidos, a área de risco de mercado informa o fato tempestivamente ao Comitê responsável, que delibera sobre as ações a serem tomadas. Cabe à Tesouraria a execução das ações definidas e à área de risco de mercado o monitoramento destas ações.</p>
h	
Informações quantitativas	
1	
2	

Tabela IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

	ΔEVE		ΔNII	
	T	T-1	T	T-1
	2T2020		2T2020	
Cenário paralelo de alta	7.902.563,00	0	1.793.285,00	0
Cenário paralelo de baixa	12.126.019,00	0	52.799.583,00	0
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo				
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo				
Cenário steepener				
Cenário flattener				
Varição máxima	12.126.019,00	0	52.799.583,00	0
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	1.086.109.386,70		1.086.109.386,70	